



JOSÉ VICENTE SANTIAGO

QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM GOVERNOS LOCAIS

LAVRAS-MG

2021



JOSÉ VICENTE SANTIAGO

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM GOVERNOS LOCAIS: UM ESTUDO
DE CASO DO MUNICÍPIO DE IJACI/MG**

LAVRAS-MG

2021

JOSÉ VICENTE SANTIAGO

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM GOVERNOS LOCAIS: UM ESTUDO
DE CASO DO MUNICÍPIO DE IJACI/MG**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline
Orientador

LAVRAS-MG

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Santiago, José Vicente.

Qualidade do gasto público em governos locais : um estudo de
caso do município de Ijaci/MG. / José Vicente Santiago. - 2021.

94 p. : il.

Orientador(a): Carlos Eduardo Stefaniak Aveline.

TCC (graduação) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Receita Pública. 2. Gasto Público. 3. Qualidade do Gasto
Público. I. Stefaniak Aveline, Carlos Eduardo. II. Título.

JOSÉ VICENTE SANTIAGO

**QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO EM GOVERNOS LOCAIS: UM ESTUDO
DE CASO DO MUNICÍPIO DE IJACI/MG**

**QUALITY OF PUBLIC SPENDING IN LOCAL GOVERNMENTS: A CASE
STUDY IN THE MUNICIPALITY OF IJACI/MG**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para a
obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 16 de novembro de 2021.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline UFLA

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz UFLA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Stefaniak Aveline

Orientador

LAVRAS-MG

2021

À minha família, em especial à minha mãe Neuzita Figueiredo. À minha esposa Silvani e aos meus irmãos pelo apoio constante desde o início da minha vida acadêmica, sempre me motivando e acreditando na minha capacidade de vencer os desafios e atingir os meus objetivos por meio dos estudos. Por serem meus alicerces e minha grande inspiração. Ao meu pai Alfredo Santiago (*In memoriam*), por sempre acreditar e orientar os filhos que era através dos estudos que uma pessoa poderia adquirir mais condições para vencer na vida e alcançar os seus propósitos. À minha comunidade de Vila Nova, parentes e amigos. Ao povo do meu querido município de Cônego Marinho.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus pela inspiração diária que me possibilita ter uma imensa vontade de buscar cada vez mais o conhecimento em prol da sociedade.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Administração Pública (DAP), pela oferta do curso de Administração Pública, que possibilitou a minha formação e qualificação, bem como tem possibilitado a formação e qualificação de profissionais para atuarem e contribuírem com a gestão pública, em especial a gestão municipal.

Aos professores do Curso de Administração Pública da UFLA por possibilitar um aprendizado completo e satisfatório. Ao meu orientador, professor Carlos Eduardo Stefaniak Aveline, pela valiosa colaboração, sem a qual este trabalho não seria possível.

À minha família, amigos, e a todas as pessoas que direto ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse vencer mais este desafio realizando a conclusão deste curso.

Muito Obrigado!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar a Qualidade do Gasto Público no Município de Ijaci, situado na região Sul do Estado de Minas Gerais. Buscou-se analisar e identificar, neste trabalho, padrões de arrecadação de receitas e de sua aplicação que pudessem dar uma maior compreensão de como o município se comportava em relação as receitas e ao gasto público. Foram analisadas as receitas arrecadadas e as despesas do município de Ijaci e do grupo de referência composto por 10 (dez) municípios localizados na região sul do estado de Minas Gerais e com características semelhantes, quais sejam: Cana Verde, Carrancas, Itumirim Itutinga, Luminárias, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, São Vicente de Minas, São Tomé das Letras e São Bento Abade, e com população entre 3.500 e 8.000 habitantes. A metodologia da pesquisa utilizada está fundamentada em uma abordagem qualitativa, baseada em dados quantitativos, e a coleta dos dados ocorreu por meio de pesquisa exploratória. Para os estudos das receitas e despesas analisados e apresentados neste trabalho, ficou demonstrado que os municípios possuem limitações em relação a arrecadação de receitas próprias, tanto o município de Ijaci quanto os municípios do grupo de referência. Verificou se que a arrecadação das receitas e a forma como os gastos são priorizados de fato afeta a capacidade governamental. De certa forma, analisar a condição financeira do município de Ijaci sob a perspectiva dos gastos públicos mostra que os gastos do governo tiveram uma pequena queda ao longo dos anos analisados, apesar de haver um pequeno aumento do gasto per capita. Por outro lado, neste mesmo período o crescimento da receita foi superior ao crescimento do gasto colocando o município em uma situação favorável em relação a capacidade de pagamento do governo. Dentro dos limites deste estudo, as evidências apontam que tanto o município de Ijaci como os municípios do grupo de referência possuem limitações de arrecadação de receitas próprias, bem como de implementar gastos em investimentos, por exemplo. Esta pesquisa evidenciou que, pelo menos do ponto de vista dos gastos públicos, o município de Ijaci tem conseguido manter um padrão razoável de equilíbrio entre a arrecadação de receitas e as despesas municipais, demonstrando que tem sido capaz de garantir equilíbrio fiscal e manter a capacidade de pagamento do governo. Pode-se concluir, baseando-se nas evidências apontadas neste estudo, que há tendência de queda da receita ao mesmo tempo em que a governança municipal se mostrou com algum grau de eficiência na cobrança e arrecadação dos tributos municipais, diminuindo a dependência financeira em relação as transferências intergovernamentais e impactando positivamente na diversificação das receitas no Município de Ijaci. Por fim, a municipalidade apresentou bons indicadores do gasto quando comparado ao grupo de referência, colocando o município numa situação razoável em relação a qualidade do gasto público, dando indícios de que tem sido capaz de proporcionar e garantir bons níveis de prestação de serviços públicos aos munícipes.

Palavras-chave: Receita Pública. Gasto Público. Qualidade do Gasto Público.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the Quality of Public Spending in the Municipality of Ijaci, located in the southern region of the State of Minas Gerais. I sought to analyze and identify, in this work, revenue collection patterns and their application that could give us better understanding of how the municipality deal with revenue and public spending. I analyzed revenues and expenses of the municipality of Ijaci along with and the revenues and expenses of the reference group composed of 10 (ten) municipalities located in the southern region of the state of Minas Gerais and similar characteristics and with a population between 3,500 and 8,000 inhabitants, namely: Cana Verde, Carrancas, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, São Vicente de Minas, São Tomé das Letras and São Bento Abade. The research methodology used is based on a qualitative approach, based on quantitative data, and the data collection took place through exploratory research. By the studies of revenues and expenses analyzed and presented in this work, it was demonstrated that both the municipality of Ijaci and the municipalities in the reference group have limitations in relation to their own revenue collection. It was found that the collection of revenues and the way in which expenditures are prioritized affects government capacity. In a way, analyzing the financial condition of the municipality of Ijaci from the perspective of public spending shows that government spending had a small drop over the analyzed years, despite a small increase in per capita spending. On the other hand, in this same period, revenue growth was higher than expenditure growth, placing the municipality in a favorable situation in relation to the government's payment capacity. Within the limits of this study, evidence indicates that both the municipality of Ijaci and the municipalities in the reference group have limitations in collecting their own revenues, as well as in implementing spending on investments, for example. This research showed that, at least from the point of view of public spending, the municipality of Ijaci has managed to maintain a reasonable standard of balance between revenue collection and municipal expenditure, demonstrating that it has been able to ensure fiscal balance and maintain capacity of government payment. It can be concluded, based on the evidence pointed out in this study, that there is trend of falling revenue while municipal governance has shown some degree of efficiency in the collection and collection of municipal taxes, reducing financial dependence in relation to intergovernmental transfers and positively impacting the diversification of revenues in the Municipality of Ijaci. Finally, the municipality presented good spending indicators when compared to the reference group, placing the municipality in a reasonable situation in relation to the quality of public spending, indicating that it has been able to provide and guarantee good levels of public service provision to the citizens.

Keywords: Public Revenue. Public Spending. Quality of Public Spending.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Expressa as características das necessidades da população	20
Quadro 3.1 - Indicadores de análise da receita operacional	31
Quadro 3.3 - Indicadores de análise dos gastos públicos	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Informações para análise da receita operacional do Município de Ijaci	36
Tabela 5.2 - Indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020 (continua)	37
Tabela 5.2 - Indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020 (conclusão).	38
Tabela 5.3 - Quociente de localização dos indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020	39
Tabela 5.4 – Informações para análise dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020.....	41
Tabela 5.5 - Indicadores dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020..	41
Tabela 5.6 – Indicadores dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020 .	42
Tabela 5.7 - Quociente de localização dos indicadores dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020.....	439

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IEGM	Índice de Efetividade da Gestão Municipal
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRB	Instituto Rui Barbosa
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Imóveis por Ato Oneroso “Intervivos”
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCEMG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Recursos e necessidades da comunidade	19
2.2	Federalismo e descentralização no Brasil	21
2.3	Fontes de receita pública	22
2.4	Análise da receita pública	24
2.5	Análise do gasto público	26
3	METODOLOGIA	28
3.1	Indicadores de análise da receita	30
3.2	Indicadores de Análise dos Gastos Públicos	33
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO	35
5.1	Caracterização do município analisado – Ijaci/MG	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

A forma como o Estado arrecada os impostos e como estes impostos são gastos pelo governo para atender as demandas dos cidadãos das mais variadas formas tem relação direta com as Finanças Públicas. Assim, são os cidadãos que financiam o Estado por meio dos impostos para que este possa desenvolver suas políticas públicas em prol da sociedade, de modo que são as políticas sociais, fiscais e monetárias que definem a forma como o governo trata a arrecadação e se relaciona com os gastos públicos. As políticas fiscais e sociais definem a atuação do governo e impactam as políticas fiscais, monetárias e sociais, sendo os pressupostos teóricos e ideológicos que norteiam as políticas fiscais e as políticas sociais do governo.

Neste sentido, num cenário no qual as demandas da população por serviços públicos são cada vez maiores, em geral as discussões são acerca do aumento do gasto público com uma visão de que aumentando tão somente o volume de dinheiro investido se obterá melhores resultados e benefícios para a população em relação aos serviços e as políticas públicas implantadas pelo governo. Tem-se a falsa ideia de que mais dinheiro investido, por se só são suficientes para satisfazer as demandas sociais por mais bens e serviços públicos (BENÍCIO; RODOPOULOS; BORDELLA, 2015).

Assim, a capacidade de transformar o gasto público em serviços públicos de fato e de qualidade a sua população é um processo complexo que demanda tempo e depende da situação inicial em que cada município se encontra, ou seja, depende dentre outras coisas, fatores e variáveis, também da quantidade de dinheiro investido e eficiência desses gastos em transformar de fato em benefício para a sociedade por meio de serviços públicos, tendo em vista o custo total que impacta a máquina administrativa (MOTTA; MOREIRA, 2007).

Neste contexto, Boueri, Rocha e Rodopoulos (2015) afirmam que é fundamental que os governos estaduais e federal possam estarem à frente de iniciativas que busquem a inovação no setor público e que propiciem e fomentem processos de mudanças que sejam capazes de criar oportunidades de melhora nas práticas de gestão dos municípios, uma vez que, em geral estes municípios são poucos eficientes e com pouca capacidade de gestão, implementação e avaliação das políticas públicas implantadas.

Lima e Diniz (2016) salientam que em toda e qualquer sociedade são os fatores econômicos que determinam os rumos de uma economia, e fornecem as condições para que haja exploração e arrecadação de receitas, sendo que estas afetam a condição financeira dos governos e determinam como questões sociais, econômicas, políticas e

geográficas serão pautadas e discutidas tendo em vista as necessidades de gastos públicos para viabilizar demandas da comunidade.

Assim, dentro de uma determinada região, estado ou município, pode-se afirmar que a renda das pessoas e a forma como esta renda está distribuída na sociedade está ligada à condição econômica, enquanto fatores e questões relacionadas à capacidade produtiva e de investimentos no setor privado em equipamentos, comércio, na produção industrial e de pagar tributos diz respeito às condições sociais e estruturais de um estado ou município (LIMA; DINIZ, 2016).

Neste contexto, arrecadação de receitas forma o mais importante ativo de um governo, sendo o que o mantém funcionando de modo a garantir que este cumpra com as suas obrigações e atribuições pactuadas constitucionalmente. Desta forma, é de suma importância que o ente governamental tenha ciência das suas potencialidades e fraquezas em relação a sua real condição financeira, inclusive das suas fontes de arrecadação e meios de explorá-las adequadamente, para que reforce a sua capacidade governamental de implementar políticas públicas e ofertar bens e serviços de melhor qualidade a população (LIMA; DINIZ, 2016).

Neste sentido, as condições financeiras em relação aos gastos públicos devem ser avaliadas levando-se em conta a pressão exigida pela população para que os gastos do governo financiem os serviços e os bens públicos. E essa pressão da sociedade depende muito da forma como as demandas sociais da população estão sendo colocadas e satisfeitas (LIMA; DINIZ, 2016). Por outro lado, tem-se a necessidade de se buscar a eficiência da gestão municipal para que esta seja cada vez mais capaz de propor políticas públicas e ações que visem contribuir para melhorar a qualidade do gasto público e da vida dos cidadãos.

Assim, partindo dessas questões, pretende-se avaliar a qualidade do gasto público com foco na eficiência do gasto e na qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade, analisando as receitas e os indicadores dos gastos públicos.

A pesquisa tem por objetivo geral analisar os gastos públicos e o seu comportamento no município de Ijací sob a perspectiva da qualidade do gasto público. Os objetivos específicos são: (1) analisar os indicadores da receita; (2) analisar os indicadores do gasto público; (3) analisar e apresentar um diagnóstico da condição financeira do município em relação ao gasto público; (4) comparar os indicadores dos gastos do município de Ijací com o valor médio dos indicadores do gasto do grupo referência (municípios semelhantes e com as mesmas características econômicas).

A justificativa para a investigação acerca deste tema se dá pela necessidade de se produzir trabalhos que tratam da qualidade do gasto público em nível municipal, uma vez que, a literatura sobre esse tema ainda é muito incipiente. Este estudo traz uma análise de dados em nível local baseado em dados comparados e análises que já foram feitas e confirmadas por outros autores em estudos na área das finanças municipais, confirmando as análises e parâmetros utilizados e já consolidados em estudos passados, por meio de replicação de parâmetros e análises que servirão para subsidiar novos estudos no futuro. Esta pesquisa contribuiu para produzir um trabalho focado na questão das receitas públicas, do gasto e da qualidade desse gasto, podendo ser usado para análise de novos estudos e como parâmetro para gestores públicos municipais e comunidade acadêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A forma como a sociedade tem discutido o debate público no Brasil e no mundo nas três últimas décadas, tem provocado discussões e transformações significativas na visão sobre o papel do Estado e na forma como a Administração Pública deve atuar e conduzir o processo de criação das Políticas Públicas, exigindo cada vez mais dos políticos, gestores e administradores públicos maiores compromissos com serviços públicos melhores e de melhor qualidade (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

Hoje em dia a palavra eficiência está em voga e acerca dela se tem levantado fortes debates sobre o papel do Estado e da Administração Pública na economia e na vida das pessoas, e da capacidade de gestão dos governos em buscar a eficiência do gasto público, em especial na gestão municipal.

Muitos fatores devem ser levados em conta e analisados na hora de fazer avaliação da eficiência do gasto e do investimento público. Além de outros aspectos, os políticos e geográficos podem impactar de forma distinta as regiões e municípios. Desta forma, Motta e Moreira (2007), afirmam que quando o governo estadual ou federal favorece uma determinada região, privilegiando determinados municípios devido a questões políticas, na prática estão colaborando com uma forma de clientelismo que não é nada republicano e pode prejudicar a governança pública.

De um modo em geral, tem-se o clientelismo público – emprego, contratos e licenças -, como uma forma de manter clientelas fiéis, seja, eleitores quanto outros potenciais apoiadores e patrocinadores eleitorais (MOTA; MOREIRA, 2007). Estes autores afirmam ainda que, quando o governo estadual ou federal, favorece um determinado município com tratamento diferenciado baseado em questões políticas, este é um ato típico de clientelismo. Na visão de Motta e Moreira (2007), este tipo de relacionamento e parceria ao mesmo tempo que pode reforçar o caixa do município com mais recursos extras, pode fazer com que o prefeito e a sua gestão não tenham que se esforçarem tanto para entregar os mesmos serviços e atendimento à população, encobrendo a incapacidade e ineficiência dos gestores locais, o que em condições normais de competição política, obriga o gestor a fazer cada vez mais com menos, e melhor.

Motta e Moreira (2007), afirma ainda que em municípios onde existe uma maior competição política para ocupar os cargos de prefeito e vereadores, o prefeito eleito tende a se esforçar mais para fazer uma gestão melhor e mais eficiente, porque ele será reconhecido pela população por isto e, portanto, o maior beneficiado nas urnas. Já quando, no município, grande parte dos recursos que ingressam no caixa da prefeitura são de

transferências voluntárias – emendas parlamentares, convênios etc.-, isso pode desequilibrar a disputa política-eleitoral e tornar-se um incentivo ao prefeito para assumir riscos morais, desembocando muitas vezes na ineficiência, ausência ou pouca transparência e até corrupção na gestão.

Diniz e Macedo (2008) afirmam que a descentralização de recursos da União e dos estados aos municípios, por si só, não são garantias de melhores serviços públicos prestados a população, pelo contrário, a transferência de recursos arrecadados pela União e estados para os municípios podem até incentivar a ineficiência e má qualidade na gestão municipal.

Muitas vezes, os serviços públicos que são oferecidos à população nos municípios, não são melhores porque são custeados de forma a simplesmente mantê-los. E para melhorá-los seria necessário aumentar o custo do serviço, o que implica mais dinheiro e investimento público (MOTTA; MOREIRA, 2007). Ainda segundo estes autores, geralmente o interesse de políticos como deputados federais, senadores, governadores e presidente da república, pela política municipal e candidaturas locais estão vinculados ao desempenho eleitoral dos políticos partidários locais, e é a partir desse desempenho eleitoral que muitos investimentos do governo federal e estadual são feitos nos municípios, caracterizando uma espécie de “clientelismo da política” dos governos estaduais e federal.

No Brasil, não é pequeno o número de municípios que sobrevivem praticamente dos recursos advindos das transferências intergovernamentais, seja elas, voluntárias ou obrigatórias – constitucionais legais. O fato de um município ser sustentado praticamente pelas transferências constitucionais legais e voluntárias, faz com que muitas vezes a gestão do prefeito veja com distanciamento a população, mantendo quase que uma relação indireta, na qual os pagadores de impostos municipais são vistos como cidadãos que não relacionam diretamente o que é pago de impostos com o que recebe de benefícios em serviços públicos, causando assim um menor interesse e maior distanciamento no controle social da gestão pública local. Tendo em vista que em muitos municípios estas transferências representam cerca de até 99% da receita total do município (MOTTA; MOREIRA, 2007).

Em um ambiente com sistema político e de gestão onde a informação circula de forma “perfeita” e tem publicidade e transparência pública, a reeleição do prefeito é o reconhecimento da sua boa gestão e, portanto, de uma gestão que pelo menos agrada a maioria. Para Motta e Moreira (2007, p. 13), “a intensidade da disputa política é um

elemento formador da gestão, pode incentivar a melhoria de gestão ou prática do clientelismo e, em ambos os casos, determinar a eficiência com que os serviços são prestados”. No caso, a eficiência também pode estar relacionada com a questão da educação do eleitor e a forma como ele participa e reivindica seus direitos.

Em pesquisa realizada por Mota e Moreira (2007), o resultado indicou que quanto maior a proporção de transferências recebidas em relação ao gasto total previsto no orçamento da Lei Orçamentária Anual (LOA), maior também foi a ineficiência apresentada, indicando que uma maior dependência dos recursos próprios pode ser um incentivo para um melhor desempenho da gestão e, conseqüentemente, um gasto de melhor qualidade e mais eficiente.

Por outro lado, a existência de conselhos municipais, apesar de serem importantes para os cidadãos participarem e exercerem o controle social, por si só não se mostrou significativa para a eficiência da gestão municipal, indicando que em muitos casos são criados apenas para cumprir uma exigência legal. Em suma, a constatação foi a de que o fator eficiência na gestão pública municipal não está necessariamente relacionado com a competição política em si, seja em processos de reeleição ou não, e muito menos que a eficiência aumenta e está vinculada diretamente com fatores relacionados a informatização, transparência, controle, terceirização ou pela existência de conselhos (MOTTA; MOREIRA, 2007).

2.1 Recursos e necessidades da comunidade

Em toda e qualquer sociedade são os fatores econômicos que determinam os rumos de uma economia, e fornecem as condições para que haja exploração e arrecadação de receitas, quais afetam a condição financeira dos governos e determinam como questões sociais, econômicas, políticas e geográficas serão pautadas e discutidas tendo em vista as necessidades de gastos públicos para viabilizar demandas da população. Desta forma, dentro de um determinado estado, região ou município, pode-se afirmar que a renda das pessoas e a forma como esta renda está distribuída na sociedade está ligada à condição econômica, enquanto fatores e questões relacionadas à capacidade produtiva e de investimentos no setor privado em equipamentos, comércio, na produção industrial e de pagar tributos, dizem respeito às condições sociais e estruturais de um estado ou município (LIMA; DINIZ, 2016).

Neste sentido, num determinado município os bens e recursos ali produzidos e arrecadados pelo governo tem uma ligação direta com as demandas da população. Desta

forma, um aumento da população irá aumentar significativamente a pressão por mais gastos públicos para atender a um nível crescente de demanda por serviços públicos. Assim, é muito importante que os governos estejam atentos para a composição da sua base tributária bem como de suas características econômicas, demográficas e geográficas, pois são variáveis fundamentais de uma mesma equação, na qual se deve estar atento a questões econômicas, definição da carga tributária e arrecadatória, além de questões sociais e populacional, tendo em vista que em geral a população se sente mais atraída a viver em lugares que se paga menos impostos e usufrui de mais serviços públicos e de melhores qualidades (LIMA; DINIZ, 2016).

Ao analisar os recursos de uma comunidade ou município é muito importante verificar qual é a sua base ou condição econômica, que tem a ver com os recursos econômicos produzidos e como se comporta ao longo do tempo para que o governo possa ter ciência de como pode atuar para arrecadar receitas. A condição econômica é simbolizada pelos empreendimentos imobiliários, propriedades em geral, pela renda das pessoas, pelo ritmo do comércio e empresas na área em questão etc., ou seja, tem a ver e depende do governo e das condições do ambiente fiscal que envolve “o desempenho econômico (nível de emprego, renda etc.), e estrutura econômica ou características locais (indústrias locais, comércio local, força de trabalho, infraestrutura etc.)” (LIMA; DINIZ, 2016, p. 137).

A necessidade de aplicação de recursos públicos para manter os gastos e até ampliá-los a fim de melhorar a qualidade das políticas públicas é uma dimensão importante que o governo deve avaliar e estar sempre atento. Lima e Diniz (2016), afirma que uma cidade pode ter as seguintes características das suas necessidades da população:

Quadro 2.1 - Expressa as características das necessidades da população

Necessidades sociais altas	Grande parcela da população enfrenta e tem problemas de baixa renda, pobreza, desemprego, subemprego, criminalidade.
Necessidades econômicas altas	Ocorre quando o município tem dificuldades para atrair ou manter as firmas e negócios locais, além de não ser capaz de investir em tecnologia por meio de suas empresas, e o município tem queda na renda.
Necessidades fiscais altas	Apresenta dificuldades financeiras de curto prazo e desequilíbrio nas contas públicas no médio e longo prazo entre os gastos e a capacidade de explorar receitas.

Fonte: Lima e Diniz (2016, p. 152).

Na prática, o que se observa é uma necessidade cada vez mais crescente do aumento do gasto público, seja nas políticas públicas de distribuição de renda ou de

amparo aos municípios mais pobres e com baixa arrecadação, ou em situações em que se verifica “que há uma conexão direta entre necessidades da comunidade e gasto público, pois, uma vez que as necessidades são identificadas, é necessário o uso de recursos para a sua satisfação, produzindo os gastos governamentais. Assim, quanto maiores as necessidades de uma comunidade, maiores serão os gastos públicos para satisfazê-las” (LIMA; DINIZ, 2016, p.152).

2. 2 Federalismo e descentralização no Brasil

A descentralização de responsabilidades para possibilitar uma melhor prestação de serviços a sociedade é uma característica marcante do sistema federativo brasileiro. Desta forma, os três níveis de governo (União, estados e municípios), buscam cooperarem entre si baseados nas competências e atribuições dadas pela Constituição Federal de 1988 para a atuação de cada ente federativo (DUARTE; GADELHA; OLIVEIRA, PEREIRA, 2015).

Neste sentido, cabe aos entes federados atentarem para as suas responsabilidades diante das atribuições que competem a cada um na oferta de bens e serviços públicos, e na organização de suas bases arrecadatórias de tributos, de acordo com o que reza a CF/88 sobre o federalismo fiscal brasileiro. Para custear serviços e manter políticas públicas, a União por meio de processos descentralizados de poder e responsabilidades realiza transferências de recursos para estados e municípios, bem como os estados também realizam transferências para os seus municípios.

Entende-se como Federalismo Fiscal a divisão de tarefas entre a União, estados e municípios, em todos os sentidos para dar sempre as melhores e mais eficientes respostas em relação as demandas e problemáticas da sociedade através da descentralização, dando aos níveis subnacionais mais poder de decisão e responsabilidades para aplicar e gerir recurso, dando possibilidade de haver maior participação da comunidade local nas discussões de soluções dos problemas e também maior acompanhamento e fiscalização dos entes federados envolvidos, com foco na melhoria da qualidade do gasto público (DUARTE; GADELHA; OLIVEIRA, PEREIRA, 2015).

Neste sentido, Duarte et al. (2015, p. 377), afirmam que “a descentralização deveria melhorar a qualidade do gasto por meio de uma gestão mais assertiva e eficiente do custo e benefício de cada bem e de cada serviço público prestado.” Os autores argumentam que geralmente a participação dos indivíduos está diretamente vinculada ao pagamento de impostos municipais e o quanto recebem em serviços públicos pelo

pagamento desses impostos. Na prática, argumentam que os cidadãos contribuintes ficam mais exigentes e cobram mais do governo quando percebem que o valor arrecadado em impostos destoa muito em quantidade e qualidade dos serviços públicos recebidos, ficando muito mais atentos com a relação custo-benefício, principalmente quando o governo está mais próximo da população como no caso do governo municipal.

2.3 Fontes de receita pública

Para fazer frente as suas despesas o município precisa fazer caixa explorando bem as suas fontes de receitas, arrecadando os recursos suficientes para custear as obrigações financeiras e as políticas públicas que produzem gastos no presente e no futuro, garantindo assim uma fonte de recursos capaz de financiar e equilibrar gastos, investimentos e recursos disponíveis, o que em tese garantiria ao município com estas características possibilidades de lidar cada vez mais com baixo índice de despesas fixas e capacidade de aumentar sua arrecadação própria, o elevando a uma condição de boa saúde financeira (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

As competências para a arrecadação de tributos no Brasil foram atribuídas pela Constituição Federal de 1988, que define quem institui, quem cobra e como cobra cada tipo de tributo no âmbito do território nacional, ou seja, define de quem é a responsabilidade, competência tributária e prerrogativa para instituir ou extinguir tributos, seja no âmbito federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Neste sentido, a União, estados, Distrito Federal, e os municípios são responsáveis dentro do sistema fiscal vigente no Brasil, pela implementação de políticas, prestação de serviços e bens públicos levando em conta as autonomias dadas a cada ente federado de acordo com atual pacto federativo celebrado pela CF/88 (LIMA; DINIZ, 2016).

A União é responsável por impostos como: Impostos sobre Importação (II); Imposto sobre Exportação (IE); Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR); Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto Sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro, ou Relativos a Títulos ou Valores Imobiliários (IOF); Imposto Sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Apesar do IR ser a fonte de receitas mais importante em termos de quantidade numérica de arrecadação, esta não é a que mais atrai os olhares do governo federal em termos de formação de sua receita, pois o IR entra na base de cálculo das transferências constitucionais legais para estados e municípios. Restando assim, as contribuições sociais como sendo as que mais somam para avolumar

as receitas da União, pois, estas receitas não entram na base de cálculo para repartição com os estados e municípios (LIMA; DINIZ, 2016).

No caso dos Estados Federados e do Distrito Federal, as principais fontes de receitas são: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); Imposto sobre a Propriedades de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Qualquer Bem ou Direito (ITCMD ou ITCD), além das contribuições e taxas. A arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos dos servidores públicos estaduais também são repassados aos estados. No entanto, a mais importante fonte para a arrecadação de receita no âmbito dos estados é o ICMS, representando em 2011 mais de 83% da arrecadação média dos estados, enquanto a arrecadação com o IPVA, que foi a segunda maior fonte de receita, teve média de arrecadação de menos de 7% em 2011 (LIMA; DINIZ, 2016).

Em relação aos municípios brasileiros, as principais fontes de receitas próprias – tributos diretamente cobrados e arrecadados pelos municípios, outras receitas não tributárias diretamente arrecadadas etc. – são: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza (ISSQN ou ISS); Imposto sobre Transmissão ou Transferência *inter vivos* de Bens Imóveis (ITBI); além das taxas e contribuições de melhorias que os municípios também podem cobrar. A arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos dos servidores públicos municipais também são repassados aos municípios. Na média, em 2011, por exemplo, o ISS e o IPTU representaram quase 48% e 24% da arrecadação municipal no Brasil, respectivamente. Representando assim, as duas principais fontes de receitas próprias dos municípios brasileiros (LIMA; DINIZ, 2016).

Segundo Lima e Diniz (2016), a maior parte dos municípios brasileiros sobrevivem principalmente com recursos das transferências constitucionais legais, as chamadas transferências intergovernamentais, chegando a representar para mais de cinco mil municípios, em 2012, cerca de 70% da arrecadação de suas receitas correntes.

Em alguns casos, existem gestores públicos que avalia se a condição financeira da municipalidade é boa, apenas analisando a situação financeira do município e verificando se os recursos financeiros que entram no caixa do município são suficientes para cobrir os gastos e os compromissos assumidos (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

Quando se vai verificar as receitas de uma municipalidade é muito importante avaliar os vários aspectos e fontes de arrecadação. Neste sentido, Massardi e Abrantes

(2015) dizem que em muitos pequenos municípios brasileiros a arrecadação com as receitas próprias não chegam a 1% da receita total do município, mostrando que apesar das transferências constitucionais legais serem importantes para diminuir os impactos negativos das diferenças regionais e econômicas, buscando equilibrar as finanças municipais, acabam revelando o quão dependentes estão estas municipalidades das transferências intergovernamentais (MASSARDI; ABRANTES, 2015). Ainda segundo Massardi e Abrantes (2015), em suas pesquisas realizadas no Estado de Minas Gerais com todos os municípios mineiros, o nível de dependência das transferências do Fundo de Participação dos municípios-FPM é extremamente alto em alguns municípios, representando na média cerca de 45,5% das receitas municipais em relação ao total da receita anual arrecada, chegando a atingir 75,28% em alguns municípios, mostrando uma elevada dependência das transferências dos recursos do FPM.

2.4 Análise da receita pública

Uma boa análise da receita passa evidentemente por um bom estudo da análise financeira do órgão a ser investigado, e requer tanto uma avaliação interna do desempenho geral da instituição visando identificar resultados anteriores e ulteriores relativos as decisões de governo tomadas, quanto também buscar fazer comparações com o desempenho de outras gestões. Quanto a avaliação externa, na Administração Pública brasileira alguns órgãos de controle, como o legislativo e os tribunais de contas, se destacam neste processo de acompanhamento e averiguação da legalidade das despesas e cumprimento de alguns índices constitucionais, limitando suas análises a questões formais de legalidade dos atos praticados pelos gestores públicos em relação as normas da Administração Pública (MASSARDI; ABRANTES, 2015).

Para manter o funcionamento da máquina administrativa e prover serviços públicos, basicamente o governo usa duas fontes de receitas nas suas operações diárias que são, de um lado as receitas tributárias ou próprias que são aquelas oriundas da cobrança de tributos de competência do ente - no caso do município estes tributos são os impostos como o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI), Imposto sobre Serviços (ISS), além das Taxas e Contribuições de Melhorias -, e também aquelas receitas oriundas das transferências intergovernamentais ou constitucionais legais, oriundas de repasses feitos pelo governo federal e estadual (LIMA; DINIZ, 2016).

Para Massardi e Abrantes (2015), o baixo desempenho fiscal apresentado por muitos municípios, principalmente os pequenos, se explica em parte pela falta de esforço dessas municipalidades na cobrança adequada dos tributos de sua competência prejudicando a arrecadação própria. Pelo fato de serem de certa forma privilegiados pelos critérios institucionais de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM que é uma transferência incondicional e de outras transferências intergovernamentais, nas quais têm o papel de equilibrar a capacidade dos governos locais em oferecer bens e serviços públicos com a demanda da população e diminuir as desigualdades regionais, acabam gerando um ciclo vicioso de dependência de recursos externos e produzindo cada vez mais incentivos ao baixo desempenho fiscal, estimulando a ineficiência governamental na provisão de serviços e na qualidade do gasto público (MASSARDI; ABRANTES, 2015)

Assim, ao se verificar as receitas de um ente governamental deve se levar em conta alguns pontos importantes na gestão financeira relacionados a questão do “crescimento, flexibilidade, elasticidade, dependência, diversidade e administração” dessas receitas. Desta forma, é muito importante para o governo que as receitas sejam flexíveis em boa medida para permitir ao gestor fazer alocações e realizar os gastos de acordo com as propostas prioritárias do governo, uma vez que as receitas vinculadas não permitem esta margem de manobra (LIMA; DINIZ, 2016).

Outro ponto importante a se destacar é a questão da elasticidade das receitas, ou seja, com o aumento da inflação algumas receitas podem também aumentar de acordo com a base econômica e outras receitas simplesmente não alteram, O ideal é que se busque um equilíbrio entre inflação e base econômica em relação a elasticidade e inelasticidade dos preços. Assim, é vantajoso para o governo que as suas receitas sejam cada vez mais diversificadas em receitas tributárias, receitas comerciais, receitas de serviços, receitas industriais, e dentre outras para que o ente federado, principalmente o municipal, não seja muito dependente das transferências dos governos federal e estadual (LIMA; DINIZ, 2016).

Vale ressaltar, principalmente no contexto do município a questão da capacidade de arrecadação do governo, ou seja, o quão os gestores estão empenhados e conseguem implementar políticas e mecanismos de arrecadação e controle da origem dos créditos tributários, buscando uma harmonia gerencial-legal e adequada socialmente, entre as fontes de recursos que ingressam nos cofres públicos e os gastos despendidos pelo governo.

Um outro ponto importante de se observar quando se vai avaliar as receitas de um governo, é a identificação de possíveis problemas futuros em relação a base de arrecadação dessas receitas, bem como as práticas e políticas públicas que afetam a base de receita, falta de capacidade de arrecadação, administração e ineficiência na cobrança de tributos, além de outros fatores políticos, sociais, gerenciais e jurídicos que podem afetar as receitas (LIMA; DINIZ, 2016).

2.5 Análise do gasto público

Dentre as diversas atribuições do governo podemos destacar as seguintes funções: alocativa, estabilizadora e distributiva. A função alocativa tem a ver com a capacidade do governo em alocar recursos para o fornecimento de equipamentos públicos (bens e serviços) em áreas onde o setor privado não tem interesse de fazê-lo por não ser interessante economicamente ou por ser áreas estratégicas para o Estado. A função estabilizadora está ligada a questões de equilíbrio das forças de mercado que atuam na economia, onde o governo age se necessário para acalmar os ânimos do mercado dando sinais positivos em relação a ajustes fiscal, controle do gasto público, controle da inflação e outras políticas de regulação no sentido de garantir estabilidade econômica sem interferência no mercado.

Quando comparado com o padrão de gasto público internacional, o Brasil apresenta um valor relativamente alto e acima da média dos gastos públicos dos países do BRICS (Brasil Rússia, China, Índia e África do Sul), e da média da América Latina. Neste contexto, o caminho mais adequado e acertado a fazer em relação a oferta de bens e serviços públicos a população para melhorar a qualidade e elevar os níveis dos serviços prestados à sociedade, deve ser através do melhor direcionamento dos recursos, da busca da eficiência das políticas públicas com acompanhamento, avaliação e controle, e muito menos do aumento dos gastos públicos com as Políticas Públicas (BENÍCIO; RODOPOULOS; BORDELLA, 2015).

Para se manter funcionando e ofertando bens e serviços públicos a população, o governo precisa ter boas fontes de receitas capazes de garantir recursos para o presente e para o futuro. As condições financeiras em relação aos gastos públicos devem ser avaliadas levando-se em conta a pressão exigida pela população para que os gastos do governo financiem os serviços e bens públicos. Essa pressão da sociedade depende muito da forma como as demandas sociais da população estão sendo colocadas e satisfeitas (LIMA; DINIZ, 2016).

Ao analisar os gastos públicos deve-se levar em conta, principalmente a análise dos gastos executados, bem como preços das aquisições, custos operacionais envolvendo servidores e equipamentos (inputs), para produzir os outputs (saída) de bens e serviços que serão prestados à sociedade. Avaliar a qualidade do gasto público sob a ótica da eficiência, da equidade e das condições financeira do governo, é de fundamental importância para compreender e identificar pontos de equilíbrio entre os gastos públicos e a sua relação com a saúde financeira do governo, uma vez que, desequilíbrio entre receitas e despesas pode acarretar descontrole das contas públicas e produzir mais efeitos danosos a sociedade. Uma análise econômica do gasto público visa a apontar a melhor correlação entre aplicação dos recursos e os benefícios que chegam à população e até que ponto o recurso gasto produz o melhor resultado a sociedade e se os resultados beneficiam de fato os indivíduos de forma igualitária e atendendo às suas necessidades básicas (LIMA; DINIZ, 2016).

3 METODOLOGIA

Tendo em vista o tema selecionado, esta pesquisa busca investigar e compreender a composição do gasto público e avaliar a qualidade desse gasto no município de Ijaci-Minas Gerais. O embasamento para a pesquisa é de cunho teórico-empírico com uma abordagem qualitativa, baseada em dados quantitativos, pois, pretende-se assim coletar, analisar e interpretar os dados, fenômenos e fatos ocorridos, dando-lhes significados e entendimento. Considerando que a pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2008), é aquela que visa descrever uma situação ou fenômeno, e até mesmo estabelecer relações entre grupos ou variáveis, inclusive até se valendo da utilização de técnicas de coletas de dados, esse tipo de pesquisa ao permitir uma nova compreensão do problema, se aproxima muito das pesquisas exploratórias. Neste sentido, julgou-se que a pesquisa exploratória seria a mais adequada ao tema escolhido porque através do levantamento e procedimentos bibliográficos permitiu explicar o problema, levantar e explorar as melhores fontes de dados secundários de forma mais aprofundada para verificar a composição e a qualidade do gasto municipal por meio da análise de indicadores do gasto público.

Para Gil (2008), as pesquisas exploratórias são capazes de oferecer uma abrangência maior sobre o entendimento do objeto pesquisado, baseando-se em levantamento bibliográfico, publicações científicas diversas, a fim de levantar o maior número de dados e informações já consolidadas, e, portanto, “este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

Severino (2007) relata que a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir de material e registros já elaborados e disponíveis, provenientes de pesquisas científicas diversas realizadas anteriormente, livros e demais produções acadêmicas, além de utilizar informações e dados já consolidados por outros autores e com registro formal e confiável. Neste sentido, Gil (2008, p. 50) afirma que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” Salienta ainda que a pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, diferenciando apenas na origem das fontes, uma vez que, enquanto a pesquisa bibliográfica vale-se da contribuição dos autores que trataram sobre o assunto pesquisado, na pesquisa documental os materiais analisados não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, e que, portanto, ainda podem ser manipulados ou reelaborados de acordo com os novos objetivos da pesquisa.

Ainda com relação aos procedimentos metodológicos, Fonseca (2016) argumenta sobre o contexto empírico e a coleta dos dados, salientando o quanto é importante destacar os aspectos teórico, temporal e geográfico da pesquisa. Neste sentido, foi feito um recorte teórico, temporal e geográfico para a elaboração deste trabalho. O recorte teórico permitiu a escolha e seleção de conceitos e temas na medida em que foi escolhida a área de pesquisa sobre as finanças pública com foco na qualidade do gasto público. Em relação ao recorte temporal a pesquisa buscou analisar os dados entre os anos de 2018, 2019 e 2020. Gil (2008) afirma que o pesquisador pode escolher por conveniência os anos a serem analisados, tendo em vista que a delimitação temporal facilita a análise de documentos e a articulação das ideias com vistas a representar o universo estudado.

O recorte geográfico da pesquisa se limitou à abrangência do município de Ijaci, localizado na região sul do estado de Minas Gerais, no qual se analisou a condição financeira do município sob a perspectiva dos gastos públicos, comparando-o com um grupo de referência formado por 10 municípios localizados na mesma região, com características geográficas semelhantes (Cana Verde, Carrancas, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, São Vicente de Minas, São Tomé das Letras, São Bento Abade), com população entre 3.500 e 8.000 habitantes, e todos localizados na região sul do estado de Minas Gerais. Esse método comparativo possibilitou realizar o cálculo do quociente de localização que foi obtido dividindo o valor do indicador do município analisado pelo valor médio do indicador do grupo de referência (LIMA; DINIZ, 2016).

Então, necessário se faz definir, dentro de um grupo de municípios que guardem as mesmas características e perspectivas financeiras, parâmetros de validação que possibilitem inferência sobre a performance financeira. Desta forma, a cidade que apresentar os melhores indicadores financeiros poderá servir de benchmarking para as demais municipalidades (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012).

O estudo foi feito a partir de dados secundários através de pesquisa feita em documentos, dados e informações constantes na base de dados online dos Sistema Públicos de Informações, como o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais -TCE, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI do Tesouro Nacional -STN, por meio do banco de dados Finanças do Brasil – FINBRA, no intuito de analisar as receitas arrecadadas e a alocação de recursos tendo como base os anos de 2018, 2019 e 2020, com foco na análise de indicadores do gasto público.

É importante salientar que a análise proposta neste estudo se limita apenas aos indicadores financeiros, que, segundo Diniz, Macedo e Corrar (2012), tem a capacidade de avaliar a situação financeira de um município, ao passo que a avaliação da eficácia e efetividade dos recursos públicos aplicados nos produtos e serviços ofertados a população não estão abrangidos nesta pesquisa.

Como método de análise das informações financeiras e dados coletados na pesquisa através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI do Tesouro Nacional -STN, no banco de dados de Finanças do Brasil – FINBRA, foi utilizado quadros e tabelas onde as informações e os dados foram organizados para fins do cálculo do quociente de localização do município de Ijaci e dos municípios do grupo de referência, além de comparações feitas acerca das informações financeiras sobre a arrecadação das receitas e do gasto público municipal, no período de 2018, 2019 e 2020.

3.1 Indicadores de análise da receita

Para que o governo possa ter condições no tempo de honrar os seus compromissos com a sociedade é importante que ele projete a sua arrecadação e perspectivas de aumento ou não de receitas no tempo avaliando a base econômica na qual se assenta as atividades produtivas, e conseqüentemente a base da receita que vai garantir uma arrecadação consistente, bem como a forma como o governo se articula a sua governança para explorar adequadamente o potencial tributário e as fontes capazes de prover receitas aos cofres públicos (LIMA; DINIZ, 2016).

Para tanto, é importante que o governo esteja atento para alguns indicadores importantes que podem ajudar o gestor a observar o comportamento da arrecadação de receitas em relação ao volume do gasto necessário para manter as políticas públicas funcionando e fazer a sua mensuração.

Quadro 3.1 - Indicadores de análise da receita operacional

Indicadores	Definição Operacional
Receita Per Capita	$\frac{\text{Receita Operacional}}{\text{População}}$
Esforço Tributário	$\frac{\text{Receita Tributária}}{\text{PIB (renda total da comunidade)}}$
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Tributos diretamente arrecadados} + \text{receitas não tributárias} + \text{impostos indiretamente arrecadados}}{\text{Receita Operacional}}$
Autossuficiência Financeira	$\frac{\text{Tributos diretamente arrecadados} + \text{receitas não tributárias}}{\text{Receita operacional}}$
Dependência Financeira	$\frac{\text{Receitas de transferências correntes} - \text{impostos indiretamente arrecadados}}{\text{Receita operacional}}$
Tendência da Receita	$\frac{\text{Receita atual} - \text{receita anterior}}{\text{Receita anterior}}$
Diversificação da Receita	$\frac{\text{IPTU}}{\text{Receita operacional}}$
	$\frac{\text{ISS}}{\text{Receita operacional}}$
	$\frac{\text{IPVA}}{\text{Receita operacional}}$
	$\frac{\text{Taxas}}{\text{Receita operacional}}$
	$\frac{\text{Receita de serviços}}{\text{Receita operacional}}$
	$\frac{\text{Receita de transferências}}{\text{Receita operacional}}$

Fonte: Lima e Diniz (2016, p. 260).

Neste sentido, a avaliação do gasto público parte de uma análise financeira e que leve em conta as condições e capacidades de caixa do governo, e sempre buscando conciliar gastos e investimentos públicos com a satisfação da população em relação aos serviços prestados (LIMA; DINIZ, 2016).

Afirma que é muito importante que ao analisar os gastos públicos, se leve em consideração, além da análise monetária do que foi executado no orçamento, outros tipos de verificação mais detalhada de gastos como preços dos inputs, fatores que determinam

os gastos e verificar a pressão por gastos e se os gastos estão produzindo os resultados esperados e de forma eficiente (LIMA; DINIZ, 2016). Assim, “de fato, sob a ótica da teoria econômica, eficiência tem a ver exatamente com isso: obter o maior benefício possível de uma quantidade fixa de recursos” (MATTOS; TERRA, 2015, p. 211). Neste contexto

Destaca-se que a maioria dos municípios sofre grande pressão financeira, visto que existe, de maneira geral, alto grau de dependência de transferências intergovernamentais, níveis altos de endividamento e custos fixos elevados, provocando, assim, uma baixa capacidade para atingir estabilidade fiscal a longo prazo e dificuldades para um crescimento sustentável. Este problema se dá em função do ambiente difícil no qual as cidades brasileiras operam, em que se torna imperativo que os gestores de finanças públicas avaliem a condição financeira de suas cidades em uma base continuada (DINIZ; MACEDO; CORRAR, 2012, p. 18).

Assim, a análise dos gastos públicos deve-se levar em conta pontos importantes a serem considerados, como (LIMA; DINIZ, 2016, p. 283):

- I) Verificar o crescimento das despesas para determinar se o governo está gastando dentro do limite de sua receita;
- II) Avaliar a flexibilidade das despesas operacionais e das aplicações em investimentos. Afirma ainda que uma análise bem minuciosa na estrutura dos gastos é capaz de ajudar a localizar problemas como: aumento dos gastos totais em relação ao crescimento da receita; aumento dos custos operacionais fixos indesejáveis; inexistência ou falha no controle do orçamento; problemas na produtividade dos servidores (servidores improdutivos ou que não cumprem com suas atribuições); e programas de governo desnecessários e que criam despesas futuras.

Lima e Diniz (2016) afirma que alguns fatores são determinantes para que os gastos públicos ocorram em maior ou menor grau, tanto do lado da demanda como do lado da oferta de bens e serviços públicos. Em relação a oferta pelo governo de bens e serviços públicos a sociedade, destaca-se:

(a) quantidade de outputs de serviços; (b) qualidade de outputs de serviços (c) fator preços dos insumos; e (d) condições para a prestação de serviços. No lado da demanda o autor estabeleceu as seguintes categorias: (a) capacidade fiscal da comunidade; (b) preferências e necessidades da comunidade; (c) receitas intergovernamentais; (d) índice de crescimento populacional; e (e) fatores políticos e fragmentação (LIMA; DINIZ, 2016, p. 289).

3.2 Indicadores de Análise dos Gastos Públicos

É muito comum ouvir notícias de políticas públicas que foram interrompidas ou mudadas suas prioridades, rumos ou foco em função da descontinuidade administrativa, geralmente provocada pela troca de governantes e gestores, levando assim ao redimensionamento, reorientação, substituição, suspensão ou até em muitos casos, abandono de ações em andamento.

Segundo Lima e Diniz (2016, p. 308), “os gastos públicos envolvem despesas operacionais para a manutenção e operacionalização das atividades do governo; despesas financeiras decorrentes do pagamento de juros e amortização de dívidas; e aplicações de recursos em bens de capital administrativo e infraestrutura para fornecimento de serviços públicos.”

Os indicadores de gasto do governo procuram mostrar a dimensão, o tamanho do crescimento, a elasticidade, flexibilidade e a prioridade dos gastos governamentais. Neste sentido, a análise dos indicadores ajuda na compreensão e na tomada de decisão por parte dos governantes na hora de priorizar ações governamentais. Os gastos públicos envolvem as despesas com a manutenção e custeio da máquina pública e todas as atividades do governo, que vão desde as despesas operacionais, aquelas do dia a dia até as despesas com o pagamento de juros e amortização da dívida, pagamento de indenizações, bem como investimentos na compra de bens de capital de um modo em geral no intuito de proporcionar serviços públicos a sociedade (LIMA; DINIZ, 2016).

Neste sentido, pode-se dizer que o volume de gastos do governo está vinculado diretamente com a quantidade de serviços ofertados a população, inferindo-se, pelo menos em tese, que quanto mais se gasta o governo mais bens e serviços recebe a população. Neste contexto, a fim de avaliar as relações de oferta e demanda de serviços públicos e a capacidade do governo em gerenciar suas receitas e despesas, podemos destacar alguns indicadores importantes para a análise do gasto público (LIMA; DINIZ, 2016):

Quadro 3.2 - Indicadores de análise dos gastos públicos

Indicadores	Definição Operacional
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$
Elasticidade do gasto	$\frac{\text{Variação do gasto}}{\text{Variação da renda}}$
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Gastos fixos}}{\text{Gasto total}}$
	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Gastos por função de governo (saúde, educação etc.)}}{\text{Gasto total}}$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}}$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Gastos com pessoal}}$
Servidores per capita	$\frac{\text{Qtd. de servidores públicos}}{\text{População}}$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$

Fonte: Lima e Diniz (2016, p. 308).

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização do município analisado – Ijaci/MG

Ijaci é um município mineiro localizado na região sul do estado de Minas Gerais na microrregião de Lavras. O município teve a sua fundação em 30 de dezembro de 1962 e a sua emancipação política em 1º de março de 1963, e quem nasce em Ijaci é chamado de ijaciense, estando a cidade localizada a cerca de 228 km de Belo Horizonte (PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI, 2021).

O município de Ijaci está localizado na região Sul do estado de Minas Gerais, na Mesorregião do Vale das Vertentes e na microrregião de Lavras. Com uma população de 6.550 habitantes em 2020, de acordo com o IBGE, e com uma área territorial total de 105,246 km² de extensão. Possuía 55,67 hab/km² em 2010, e um PIB per capita (2018) de 43.726,88. Em 2010 possuía Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,714, considerado alto (Penud/Brasil-2010). No município de Ijaci, segundo o Censo do IBGE de 2010, 95% da população viviam na área urbana, destas 94% na sede e apenas 4% da população viviam na zona rural.

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do município que é a soma de todos os bens e serviços produzidos dentro do município durante o período de 1 (um) ano, segundo o IBGE (2021), Ijaci apresentou um PIB anual em 2018 de 280.108.756 milhões e PIB per capita de 43.726,88 reais/ano por habitante e possuía 6.550 habitantes em 2020. Segundo o TCE-MG, Ijaci possui 5.195 eleitores em 2021 e Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEGM B (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021).

O IEGM é um índice que foi criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), e disseminado para todos os tribunais de contas dos estados brasileiros por meio do Instituto Rui Barbosa (IRB), na tentativa de acompanhar e melhorar a efetividade da Gestão Municipal através do exame de sete esferas em que atuam o poder público: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção aos cidadãos (defesa civil) e governança em tecnologia da informação.

O TCE – SP ainda criou uma classificação por notas, sendo: A Altamente efetiva; B+ Muito efetiva; B Efetiva; C+ Em fase de adequação; C Baixo nível de adequação.

Na Tabela 5.1 estão dispostas as principais informações acerca da receita arrecadada pelo município de Ijaci entre os anos de 2018 e 2020.

Tabela 5.1 - Informações para análise da receita operacional do Município de Ijaci

Informações Financeiras - Ijaci	2018	2019	2020
Receita Corrente/Operacional	28.167.102	29.708.116	31.083.974
Receita Tributária diretamente arrecadada	2.338.885	2.558.430	2.964.206
Impostos	2.001.701	2.255.177	2.621.677
IPTU	184.401	459.005	635.378
IRRF	505.505	518.322	594.957
ITBI	212.132	193.256	220.906
ISS	1.496.196	1.084.593	1.170.435
Taxas	183.101	303.253	342.528
Contribuições de melhoria	154.081	-	-
Receita não tributária diretamente arrecadada	420.398	462.255	627.849
Receita de contribuição	-	214.728	229.824
Receita patrimonial	105.561	124.620	29.193
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	70.827	66.430	68.115
Outras receitas correntes	244.010	56.774	300.357
Transferências Correntes	25.407.817	26.687.133	27.492.276
Impostos indiretamente arrecadados	11.797.421	10.953.733	9.857.265
Cota-parte do ICMS	10.833.249	10.161.190	8.540.371
Cota-parte do IPVA	783.187	659.107	1.217.100
Cota-parte do ITR	7.492	8.979	7.770
Cota-parte do IPI municípios	173.493	124.457	92.024
Transferências obrigatórias	13.518.766	15.572.372	17.238.331
Transferências voluntárias/Convênios	91.630	161.028	396.680
Informações Econômicas e Demográficas	2018	2019	2020
População	6.406	6.488	6.550
PIB	280.114.393	283.699.997	286.411.064

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

Tendo como base os dados e informações constantes na Tabela 5.1, está apresentada na Tabela 5.2 alguns dos principais indicadores para a análise da receita operacional do Município de Ijaci no período de 2018 a 2020. Esta análise será feita baseada num conjunto de municípios denominados grupo de referência, composto por 10 cidades da região sul do estado de Minas Gerais que possuem população entre 3.500 e 8.000 habitantes, e que possuem características econômicas, sociais e demográficas

parecidas. Por meio da comparação entre os municípios foi calculado o quociente de localização a partir da divisão do valor do indicador obtido pelo município de Ijaci pelo valor médio do indicador do grupo de referência, de acordo com o que mostra a Tabela 5.3.

Tabela 5.2 - Indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020 (continua)

Indicadores	Fórmula	2018
Receita Per Capita	$\frac{\text{Receita Operacional}}{\text{População}}$	$\frac{28.167.102}{6.406} = 4.396,98$
Esforço Tributário	$\frac{\text{Receita Tributária}}{\text{PIB}}$	$\frac{2.338.885}{280.114.393} = 0,008$
Autonomia Financeira	$\frac{(\text{Tributos arrecadados diretamente + receitas não tributárias+ impostos indiretamente arrecadados})}{\text{Receita Operacional}}$	$\frac{14.556.704}{28.167.102} = 0,517$
Autossuficiência Financeira	$\frac{\text{Tributos diretamente arrecadados + receitas não tributárias}}{\text{Receita operacional}}$	$\frac{2.759.283}{28.167.102} = 0,098$
Dependência Financeira	$\frac{\text{Receitas de transferências correntes – impostos indiretamente arrecadados}}{\text{Receita operacional}}$	$\frac{13.610.396}{28.167.102} = 0,483$
Tendência da Receita	$\frac{\text{Receita atual – receita anterior}}{\text{Receita anterior}}$	-
	$\frac{\text{Receita tributária}}{\text{Receita operacional}}$	$\frac{2.338.885}{28.167.102} = 0,083$
	$\frac{\text{Receita de contribuição}}{\text{Receita operacional}}$	-
	$\frac{\text{Receita de serviços}}{\text{Receita operacional}}$	$\frac{70.827}{28.167.102} = 0,002$
Diversificação da Receita	$\frac{\text{Transferências correntes}}{\text{Receita operacional}}$	$\frac{25.407.817}{28.167.102} = 0,902$

Tabela 5.2 - Indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020 (conclusão).

Indicadores	2019	2020
Receita Per Capita	$\frac{29.708.116}{6.488} = 4.578,93$	$\frac{31.083.974}{6.550} = 4.745,64$
Esforço Tributário	$\frac{2.558.430}{283.700.000} = 0,009$	$\frac{2.964.206}{286.411.064} = 0,010$
Autonomia Financeira	$\frac{13.974.418}{29.708.116} = 0,470$	$\frac{13.449.320}{31.083.974} = 0,433$
Autossuficiência Financeira	$\frac{3.020.685}{29.708.116} = 0,102$	$\frac{3.592.055}{31.083.974} = 0,115$
Dependência Financeira	$\frac{15.733.400}{29.708.116} = 0,529$	$\frac{17.635.011}{31.083.974} = 0,567$
Tendência da Receita	$\frac{29.708.116 - 28.167.102}{28.167.102} = 0,055$	$\frac{31.083.974 - 29.708.116}{29.708.116} = 0,046$
	$\frac{2.558.430}{29.708.116} = 0,086$	$\frac{2.964.206}{31.083.974} = 0,095$
	$\frac{214.728}{29.708.116} = 0,007$	$\frac{229.824}{31.083.974} = 0,007$
Diversificação da Receita	$\frac{66.430}{29.708.116} = 0,002$	$\frac{68.115}{31.083.974} = 0,002$
	$\frac{26.687.133}{29.708.116} = 0,898$	$\frac{27.492.276}{31.083.974} = 0,884$

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

Tabela 5.3 - Quociente de localização dos indicadores da receita operacional do Município de Ijaci para o período 2018-2020

Indicadores	Município de Ijaci			Grupo de Referência		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Receita Per Capita	4.396,98	4.578,93	4.745,64	3.186,33	3.771,86	4.117,90
ESFORÇO TRIBUTÁRIO						
Em relação ao PIB	0,008	0,009	0,010	0,008	0,010	0,008
Autonomia Financeira	0,517	0,470	0,433	0,263	0,260	0,250
Autossuficiência Financeira	0,098	0,102	0,115	0,069	0,064	0,051
Dependência Financeira	0,483	0,529	0,567	0,737	0,740	0,685
DIVERSIFICAÇÃO DA RECEITA						
Receita tributária/receita operacional	0,083	0,086	0,095	0,044	0,044	0,035
Receita de contribuição/receita operacional	-	0,007	0,007	0,011	0,013	0,011
Receita de serviços/receita operacional	0,002	0,002	0,002	0,002	0,000	0,001
Transferências correntes/receita operacional	0,902	0,898	0,884	0,931	0,936	0,949
Tendência da Receita	-	0,055	0,046	-	0,169	0,090
Indicadores	Município de Ijaci			Quociente de Localização		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Receita Per Capita	4.396,98	4.578,93	4.745,64	1,380	1,214	1,152
ESFORÇO TRIBUTÁRIO						
Em relação ao PIB	0,008	0,009	0,010	1,00	0,9	1,25
Autonomia Financeira	0,517	0,470	0,433	1,966	1,808	1,732
Autossuficiência Financeira	0,098	0,102	0,115	1,420	1,594	2,255
Dependência Financeira	0,483	0,529	0,567	0,655	0,715	0,828
DIVERSIFICAÇÃO DA RECEITA						
Receita tributária/receita operacional	0,083	0,086	0,095	1,886	1,955	2,714
Receita de contribuição/receita operacional	-	0,007	0,007	-	0,538	0,636
Receita de serviços / receita operacional	0,002	0,002	0,002	1,000	0,000	2,000
Transferências correntes/receita operacional	0,902	0,898	0,884	0,969	0,959	0,931
Tendência da Receita	-	0,055	0,046	-	0,325	0,511

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

De acordo com os indicadores da receita calculados para o Município de Ijaci e para o grupo de referência no período que vai de 2018 até 2020, é possível tirar algumas conclusões e extrair as informações a seguir sobre o desempenho financeiro do governo do município de Ijaci.

Inicialmente, observa-se que houve um crescimento tímido no montante da receita operacional entre os anos de 2018 e 2020, sendo 5,5% em 2019 e 4,6% em 2020, representando uma queda na receita com variação percentual negativa de 16,36%. No mesmo período a variação percentual positiva da inflação foi de 4,9%. A inflação calculada pelo IBGE e medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA % a.a.), foi de 3,75% em 2018; 4,31% em 2019 e 4,52% em 2020 (IBGE, 2021). Isso mostra claramente uma tendência negativa da receita em relação a receita operacional do exercício imediatamente anterior a 2020, o que deve deixar o gestor em alerta em relação a programação financeira para o ano seguinte. Ademais, os indicadores de tendência da receita ficaram abaixo dos indicadores do grupo de referência. Quanto mais alto este indicador melhor será o desempenho do município.

Em relação a receita per capita, apesar de tímidos acréscimos, o município obteve ganhos ao longo dos anos analisados. Em 2018 o valor da receita per capita por habitante foi de R\$ 4.396,98, passando para R\$ 4.578,93 em 2019, representando um aumento de 4,1%. De 2019 para 2020 houve um aumento de 3,6% da receita por habitante, passando de R\$ 4.578,93 em 2019, para R\$ 4.745,64 em 2020. O município obteve um crescimento anual positivo em relação as receitas operacionais, bem superior ao crescimento da população no mesmo período, que aumentou 1,2% de 2018 para 2019, e 0,9% de 2019 para 2020. Ficando o crescimento populacional abaixo do crescimento da receita operacional no mesmo período.

O esforço tributário da comunidade mostra o quanto que a população destina da sua renda para o governo local via receitas tributárias. Em relação ao PIB, o esforço tributário em Ijaci passou de 0,9% para 1% nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente. Ijaci apresentou resultado semelhante ao do grupo de referência.

Em relação a autonomia financeira, é importante destacar que quanto maior o indicador maior será a autonomia financeira do governo em relação a outras esferas de governo. Desta forma, expressa a capacidade que o município tem de produzir receita a partir da base econômica da comunidade local, sendo expressa pelos recursos arrecadados diretamente pela municipalidade somados as parcelas de impostos arrecadados pelos governos estadual e federal e que pertencem ao governo municipal. No caso de Ijaci, observa-se que o município obteve um desempenho bem superior ao desempenho do grupo de referência, alcançando 0,517; 0,470 e 0,433 nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, respectivamente. Isso implica dizer que em 2020, por exemplo, 43,3% das receitas do governo municipal vieram do esforço próprio, e os outros 56,7% dos recursos

arrecadados ($1 - 0,433 = 0,567$) são oriundos de outras esferas de governo, como o governo estadual e o governo federal através das transferências intergovernamentais obrigatórias e voluntárias.

Um outro indicador de suma importância para ajudar na avaliação financeira da gestão municipal é a autossuficiência financeira, que é representada pela parcela de recursos próprios diretamente arrecadados, que são as receitas tributárias mais as receitas não tributárias, em relação ao total da receita operacional. No caso de Ijaci, o município apresenta para este indicador, resultados crescentes ao longo dos exercícios analisados, verificando um desempenho superior, alcançando 0,115 em 2020 contra 0,051 do grupo de referência. Isso ocorreu, principalmente, devido a arrecadação de receitas tributárias diretamente arrecadadas como o IPTU e o ISS.

A dependência financeira caracteriza a vulnerabilidade do governo em relação aos recursos advindos de outras esferas de governo, como o governo do estado e o governo federal. Mostra o quão o governo municipal está sujeito as transferências intergovernamentais, principalmente as obrigatórias. O grau de dependência financeira apresentado pelo município de Ijaci foi de 0,567 em 2020 contra 0,685 de desempenho apresentado pelo grupo de referência, o que coloca Ijaci em uma situação melhor que a apresentada pelo grupo de referência, porém, esses valores revelam que o município de Ijaci ainda é bastante vulnerável e dependente das transferências intergovernamentais, o que em certa medida pode prejudicar as decisões locais de investimentos. Isso revela que, para cada R\$ 1,00 recebido pelo município de Ijaci em 2020, R\$ 0,56 provêm de recursos das transferências intergovernamentais obrigatórias e voluntárias.

O município de Ijaci conta com uma unidade da empresa Camargo Corrêa que em 2004 inaugurou uma moderna fábrica de cimento que gera muitos empregos e contribui para melhorar a arrecadação dos tributos municipais. Segundo dados e informações das arrecadações por contribuintes disponibilizados no portal da transparência da prefeitura municipal, a empresa Camargo Corrêa que a partir de 2011, passou a se chamar InterCement Brasil S.A., é a que mais contribui com a arrecadação de tributos municipais. Em 2019, pagou sozinha para o município, a importância de R\$ 799.328,74, cerca de 13 vezes mais que a segunda empresa que mais contribuiu com a arrecadação municipal em relação aos tributos diretamente arrecadados pelo município. Dando importante contribuição para a arrecadação dos tributos municipais diretamente arrecadados pelo município. Abaixo, a Tabela 5.4 apresenta as informações e dados para a análise do gasto no município de Ijaci, nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Tabela 5.4 - Informações para análise dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	26.471.597	24.713.881	26.063.700
Gasto operacional	25.522.007	23.580.409	24.261.946
Investimentos	865.176	1.041.384	1.755.394
Juros e encargos da dívida	21.644	30.170	17.276
Amortização da dívida	84.413	92.087	46.360
Despesas com pessoal	14.014.798	13.957.871	14.473.578
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	11.507.209	9.622.538	9.788.367
Despesas com a função educação	6.840.593	7.051.822	6.042.527
Despesas com a função saúde	7.855.170	7.073.588	7.913.867
Benefícios previdenciários	294.744	295.277	296.277
Receita corrente líquida	28.167.102	29.708.116	31.083.974
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	6.406	6.488	6.550
PIB	280.114.393	283.699.997	286.411.064
Número de funcionários	321	324	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

Tabela 5.5 - Indicadores dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{26.471.597}{6.406} = 4.132,31$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{PIB}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{280.114.393}{26.471.597} = 0,094$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{25.522.007}{26.471.597} = 0,964$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{865.176}{26.471.597} = 0,033$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{106.057}{26.471.597} = 0,004$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{11.507.209}{14.014.798} = 0,821$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.471.597}{26.471.597} = 0,547$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{321}{6.406} = 50$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{294.744}{14.014.798} = 0,021$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.014.798}{26.471.597} = 0,530$

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

Tabela 5.6 - Indicadores dos gastos do Município de Ijaci para o período 2018-2020

Informações financeiras	Fórmula	2019
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	$\frac{-1.757.716}{26.471.597} = -0,066$
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{24.713.881}{6.488} = 3.809,17$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{24.713.881}{283.699.997} = 0,087$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{23.580.409}{24.713.881} = 0,954$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{1.041.384}{24.713.881} = 0,042$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{122.257}{24.713.881} = 0,005$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{9.622.538}{13.957.871} = 0,689$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.125.410}{24.713.881} = 0,571$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{324}{6.488} = 50$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{295.277}{13.957.871} = 0,021$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.957.871}{24.713.881} = 0,565$
Informações financeiras	Fórmula	2020
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	$\frac{1.349.819}{24.713.881} = 0,055$
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{26.063.700}{6.550} = 3.979,19$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{26.063.700}{286.411.064} = 0,091$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{24.261.946}{26.063.700} = 0,931$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{1.755.394}{26.063.700} = 0,067$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{63.636}{26.063.700} = 0,002$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{9.788.367}{14.473.578} = 0,676$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.956.394}{26.063.700} = 0,535$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{-}{-} = -$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{296.277}{14.473.578} = 0,020$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.473.578}{26.063.700} = 0,555$

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN, 2021.

Tabela 5.7 - Quociente de localização dos indicadores dos gastos do Município de Ijaci no período 2018 -2020

Indicadores	Município de Ijaci			Grupo de Referência		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Crescimento do gasto	-	- 0,066	0,055	-	0,062	0,128
Gasto Per Capita	4.132,31	3.809,17	3.979,19	2.989,46	3.156,17	3.584,07
Tamanho do setor público	0,094	0,087	0,091	0,184	0,196	0,220
Participação dos gastos operacionais	0,964	0,954	0,931	0,906	0,923	0,864
Participação dos gastos de capital	0,033	0,042	0,067	0,082	0,065	0,127
Representatividade do serviço da dívida	0,004	0,005	0,002	0,019	0,019	0,013
Flexibilidade dos gastos	0,821	0,689	0,676	0,714	0,751	0,706
Prioridade dos gastos	0,547	0,571	0,535	0,538	0,541	0,561
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	50	50	-	51	49	-
Participação dos benefícios previdenciários	0,021	0,021	0,020	0,014	0,014	0,013
Participação de gastos com pessoal	0,530	0,565	0,555	0,533	0,529	0,515

Indicadores	Grupo de Referência			Quociente de Localização		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Crescimento do gasto	-	0,062	0,128	-	-1,064	0,430
Gasto Per Capita	2.989,46	3.156,17	3.584,07	1,382	1,207	1,110
Tamanho do setor público	0,184	0,196	0,220	0,511	0,444	0,414
Participação dos gastos operacionais	0,906	0,923	0,864	1,064	1,033	1,077
Participação dos gastos de capital	0,082	0,065	0,127	0,402	0,646	0,527
Representatividade do serviço da dívida	0,019	0,019	0,013	0,210	0,263	0,154
Flexibilidade dos gastos	0,714	0,751	0,706	1,150	0,917	0,957
Prioridade dos gastos	0,538	0,541	0,561	1,017	1,055	0,954
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	51	49	-	0,980	1,020	-
Participação dos benefícios previdenciários	0,014	0,014	0,013	1,5	1,5	1,538
Participação de gastos com pessoal	0,533	0,529	0,515	0,994	1,068	1,077

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

Avaliando os indicadores de gastos apresentados pelo município de Ijaci e pelo grupo de referência no período de 2019 a 2020, em relação ao desempenho financeiro do município, a seguir pode-se obter algumas informações importantes.

Inicialmente, destaca-se o fato de o gasto público ter diminuído em 2019 em relação ao ano de 2018, queda de 6,6%, voltando a ter um leve crescimento de 5,5% em 2020 em relação ao ano de 2019. Destaca-se também que apesar de ter havido uma leve queda no gasto per capita de 2020 em relação ao ano de 2019, Ijaci apresentou uma proporção de gasto mais elevada do que o gasto per capita apresentada pelos municípios do grupo de referência, uma vez que, o quociente de localização apresenta valores acima de 1 nos três anos analisados. Assim, pode-se inferir que apesar de o município de Ijaci não ter apresentado crescimento do gasto na série de 2018 a 2020, e ter havido queda em 2019 em relação a 2018, com o gasto voltando a crescer em 5,5% em 2020, quando comparado com o ano imediatamente anterior, podendo indicar que o município de Ijaci apresenta uma menor pressão por gastos em relação aos municípios do grupo de referência. No mesmo período houve um aumento significativo do gasto per capita, sendo este acréscimo de cerca de 4,4% em 2020.

Por outro lado, no mesmo período as receitas cresceram cerca de 5,5% em 2019 e 4,6% em 2020, conforme mostra a Tabela 5.4 no item tendência da receita, podendo indicar que o município dispõe de reservas financeiras suficientes para garantir a capacidade de pagamento, honrando assim os compromissos assumidos pelo governo.

A inflação oficial calculada pelo IBGE e medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA % a.a.), foi de 3,75% em 2018; 4,31% em 2019 e 4,52% em 2020 (IBGE, 2021). Observa-se que em 2019 as receitas cresceram 5,5%, enquanto, os gastos caíram 6,6%, para uma inflação de 4,31%. Ou seja, a receita variou ligeiramente acima da inflação e as despesas tiveram uma redução de 6,6%, não obstante a inflação. O que em termos reais representa um ganho expressivo para as finanças do município.

Por outro lado, em 2020 as receitas cresceram 4,6% e as despesas 5,5%. Já a inflação ficou em 4,52. Observa-se que houve uma variação percentual próxima da inflação, ou seja, os ganhos de receita foram devidos simplesmente ao aumento dos preços. Em relação às despesas, houve um aumento do gasto de 5,5%, representando uma variação percentual ligeiramente acima da inflação de 4,9%.

Apesar da crise econômica dos últimos anos e da pandemia vivida pelo país em 2020, o tamanho do setor público se manteve num patamar com pouca variação e bem abaixo dos indicadores apresentados pelo grupo de referência, mostrando em 2020 uma relação do gasto/PIB bem menor que o grupo de referência, cerca de 9,1% contra 22% do grupo referência.

Em relação aos gastos operacionais, o município apresentou índices superiores aos do grupo de referência em toda a série analisada, apresentando indicadores do quociente de localização superiores a 1. Estes gastos operacionais representaram, em média, 94,9% do total dos gastos, enquanto no grupo de referência a média foi de 89,7% dos gastos totais. Por outro lado, apesar de apresentar um índice maior que o grupo de referência, no que tange a participação dos gastos que são utilizados para manter funcionando todas atividades e operações da máquina pública, os gastos com investimentos, representaram, cerca de 4,7% dos gastos totais, contra cerca de 9,1% de média de investimentos no grupo de referência. O que pode indicar que o governo gasta mais com despesas obrigatórias e outros gastos sobrando pouco recursos para o investimento.

Nota-se que os indicadores dos gastos operacionais do município de Ijaci está acima daqueles apresentados pelo grupo de referência. Em 2020, o gasto com infraestrutura no município de Ijaci representou cerca de 4,9% do total do gasto operacional, contra cerca de 4,4% de média grupo de referência.

Dentro dos gastos operacionais, destaca-se a relevante e significativa participação das despesas com pessoal, que alcançou na série analisada a média de 55% dos gastos totais, o que eleva os gastos do governo e pressiona consideravelmente os gastos totais, enquanto no grupo de referência a média foi um pouco menor, cerca de 52,5% dos gastos operacionais. Já o percentual despendido com benefícios previdenciários no mesmo período foi, em média, 2% contra 1,4% do grupo de referência, em relação aos gastos totais.

Os gastos com pessoal compreendem os gastos fixos e sua redução em momentos de crise financeira dificultam a flexibilização e redução de gastos do governo. No caso de Ijaci, o indicador de flexibilidade dos gastos, que tem a ver com as despesas não relacionadas a gastos com pessoal, é de cerca de 72,8% contra 72,4% do grupo de referência, ficando abaixo de 1. Isso indica que, em momentos de crises financeiras o município não tem muita opção para manobrar despesas e flexibilizar a sua estrutura de gastos, uma vez que, a maior parte do volume das despesas são com gastos obrigatórios e poucos flexíveis, ou seja, gastos com pessoal. Por outro lado, o número de servidores per capita por 1.000 habitantes também se mostraram semelhantes, tanto no município de Ijaci, tanto para o grupo de referência, em média, 50 servidores.

Em relação a prioridade dos gastos, de um modo em geral, destaca-se na maioria dos municípios brasileiros os gastos com saúde, educação, assistência social etc. Neste

sentido, as funções que mais recebem recursos são a saúde e educação, uma vez que, além de terem fundos próprios possuem também recursos vinculados por determinação legal. Em relação a série analisada, os gastos com saúde e educação no município de Ijaci ficou em torno de 55% do gasto total, enquanto no grupo de referência representou, em média, 54,6%.

O município também apresentou baixos índices de representatividade do serviço da dívida em relação aos gastos totais, se comparado com os indicadores apresentados pelo grupo de referência, o que é positivo, pois, este indicador mostra se a entidade está tendo restrições de recursos para financiar o pagamento da dívida em detrimento das ações operacionais do governo e restringindo os investimentos. No caso de Ijaci, o serviço da dívida representa cerca de 0,3%, em média, das despesas totais do município.

Ainda assim, quando se analisa toda a série estudada com foco na diversificação das receitas, observa-se que as principais fontes de recursos que ingressaram nos cofres do município em 2020, advêm das receitas de transferências correntes, cerca de 88,4% da receita total, e das receitas tributárias diretamente arrecadadas, cerca de 9,5%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise financeira do município de Ijaci do ponto de vista da receita revela que apesar de ter havido um aumento na arrecadação ao longo dos anos de 2018 a 2020, há uma tendência de queda da receita arrecada, servindo de alerta para a governança municipal. Por outro lado, apesar da tendência de queda na arrecadação de receitas, o município ainda se encontra em uma situação aparentemente confortável, tendo em vista que apesar da situação das receitas em queda, ainda apresentou bons indicadores de autonomia financeira, o que coloca a situação do governo numa condição um pouco melhor daquela apresentada pelos municípios semelhantes.

Se observa também que o fomento das atividades econômicas locais aliadas a capacidade de arrecadação de recursos próprios explorando as bases tributárias municipais, se mostrou com algum grau de eficiência por parte do governo municipal na cobrança e arrecadação dos tributos municipais, impactando positivamente na diversificação das receitas, e até mesmo na arrecadação de receitas advindas de tributos cobrados por outros entes como é o caso do ICMS e do IPVA. Que no caso específico de Ijaci, ajudou o município a diminuir a sua dependência financeira em relação as transferências intergovernamentais, melhorando assim a sua performance financeira e colocando o município numa situação mais estável e um pouco menos preocupante em relação a condição financeira e a sua capacidade de enfrentar melhor as pressões por gastos.

Nos estudos das receitas analisados e apresentados neste trabalho, ficou demonstrado que os municípios possuem limitações no tocante a arrecadação de receitas próprias, tanto o município de Ijaci quanto os municípios do grupo de referência. De certa forma, analisar a condição financeira do município de Ijaci sob a perspectiva dos gastos públicos mostra que os gastos do governo tiveram uma pequena queda ao longo dos anos analisados, apesar de haver um pequeno aumento do gasto per capita. Por outro lado, neste mesmo período o crescimento da receita foi superior ao crescimento do gasto o que coloca o município em uma situação favorável em relação a capacidade de pagamento do governo o que o credencia a assumir uma posição estável em relação a sua condição financeira.

Em relação a estrutura dos gastos públicos municipais, Ijaci apresentou índices muito parecidos com os do grupo de referência, com destaque para os indicadores de flexibilidade dos gastos, gastos com pessoal e dos gastos com funções prioritárias. que são onde o município tem maiores dispêndios. Neste sentido, se observa que apesar de

Ijaci ter um setor público menor que o grupo de referência, o município está gastando mais em despesas com pessoal e despesas com benefícios previdenciários, apesar de não representar muito no volume total dos gastos.

Uma outra constatação relevante é que Ijaci ao mesmo tempo em que possui um gasto operacional alto em relação ao gasto total e ao grupo de referência, possui um baixo investimento em bens de capital, investiu pouco mais da metade do que foi investido pelo grupo de referência na série analisada. O governo ainda apresentou um índice de flexibilidade semelhante ao apresentado pelo grupo de referência, porém com um agravante, pois, no caso de Ijaci, o indicador de flexibilidade dos gastos, que tem a ver com as despesas não relacionadas a gastos com pessoal, ficou ligeiramente acima do indicador do grupo de referência, indicando que o governo tem um gasto alto com despesas de pessoal.

Isso indica que em momentos de crises financeiras o município não tem muita opção para manobrar despesas e flexibilizar a sua estrutura de gastos, uma vez que, a maior parte do volume das despesas são com gastos obrigatórios e poucos flexíveis, ou seja, gastos com pessoal. Por outro lado, a relação servidores/população é a mesma do grupo de referência, o que pode indicar que na média, o Município paga melhores salários aos seus servidores, provavelmente os que atuam na área da saúde e educação.

No caso deste trabalho, a realização de quase a sua totalidade referente a informações contábeis e financeiras dos municípios pesquisados foram encontradas e obtidas com maior facilidade e compreensão no site da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro -SICONFI, que é uma ferramenta destinada ao recebimento de informações contábeis e financeiras oriundas de um universo que compreende todos os atuais 5.570 municípios, os 26 Estados e o Distrito Federal.

Muitas vezes, a falta de divulgação das informações e dados nos canais oficiais, principalmente o municipal, de forma tempestiva e de fácil acesso e compreensão, dificulta com toda a certeza tanto a participação do cidadão na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, como também o cruzamento de informações para verificar até onde elas estão incompletas ou são contraditórias.

Esta pesquisa demonstrou inicialmente que, pelo menos do ponto de vista dos gastos públicos, o município de Ijaci tem conseguido manter um padrão razoável de equilíbrio entre a arrecadação de receitas e as despesas municipais, mostrando que tem sido capaz de garantir equilíbrio fiscal e manter a capacidade de pagamento do governo.

Apresentou bons indicadores do gasto quando comparado ao grupo de referência, colocando o município numa situação razoável em relação a qualidade do gasto público, dando indícios de que tem sido capaz de proporcionar e garantir bons níveis de prestação de serviços públicos aos munícipes.

A limitação desta pesquisa ocorreu principalmente pela falta de alguns dados que geralmente são informados pelos municípios, mas que por algum motivo ainda não constam na base de dados de órgãos oficiais como o IBGE. No caso específico foram a quantidade total de servidores de cada município em 2020 e o valor do PIB, sendo que este último, o dado mais atualizado é de 2018, e no caso do número de servidores por município, o último dado que consta é de 2019. Por outro lado, acredito que pelo menos a quantidade total de servidores a prefeitura municipal teria condições de colocar no seu site estas informações atualizadas, de forma resumida e de fácil acesso e compreensão para que qualquer cidadão pudesse acessá-la.

Para estudos futuros na questão orçamentária e financeira do município de Ijaci, sugere-se que sejam realizadas pesquisas e estudos para verificar quais são os programas de governo e as políticas públicas desenvolvidas neste município, bem como estudos futuros que tenham uma abordagem qualitativa, para obter maior detalhamento de como são realizadas as despesas reveladas nos indicadores dos gastos, bem como a qualidade do serviço público prestado ao cidadão. Ademais, o município de Ijaci conta com a presença da empresa InterCement Brasil S.A da Camargo Corrêa, que é uma empresa muito acima do padrão das outras empresas que atuam no município, e como sugestão de trabalhos futuros sugere investigar se o setor no qual esta empresa atua tem um papel mais importante que os demais setores na economia do município, uma vez que, o trabalho trouxe indícios de que a presença dessa empresa no município pode indicar alguma situação que contribuiu para aumentar a arrecadação da receita própria municipal e a análise desse fator pode ser importante para a compreensão do fenômeno.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS. **PNUD Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/313040>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=u08f-jy5qdhJ+E8W-Teph4hD.node2>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BENICIO, A. P.; RODOPOULOS, F. M. A.; BARDELLA, F. P. Um retrato do gasto público no Brasil: por que se buscar a eficiência. In: BOUERI, R., ROCHA, F., RODOPOULOS, F. (Org.). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015, 463 p. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/avaliacao-da-qualidade-do-gasto-publico-e-mensuracao-da-eficiencia/2015/30>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. S.; CORRAR, L. J. **Mensuração da eficiência financeira municipal do Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo**. Gestão e Regionalidade, v. 28, n. 83, p. 5-20, maio/ago., 2012. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1347/1234. Acesso em: 25 abr. 2021.

DUARTE, J. et al. Federalismo e descentralização. In: BOUERI, R., ROCHA, F., RODOPOULOS, F. (Org.). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015, 463 p. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/avaliacao-da-qualidade-do-gasto-publico-e-mensuracao-da-eficiencia/2015/30>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FONSECA, R. R. da. **Análise dos gastos públicos em um município do Sul de Minas Gerais**. 2016. 142 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11572>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ijaci/panorama>>. Acesso em: 11 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=29835&t=series-historicas>>. Acesso em: 24 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2019: MUNIC** - Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ijaci/pesquisa/1/89503?localidade1=311783>>. Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ijaci/pesquisa/38/47001?ano=2018>>. Acesso em: 9 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010/Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>>. Acesso em: 9 set. 2021.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM**. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://irbcontas.org.br/iegm/>>. Acesso em: 08 set. 2021.
LIMA, S. C. de; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública: análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016. 576 p.

MATTOS, E.; TERRA, R. Conceitos sobre eficiência. In: BOUERI, R., ROCHA, F., RODOPOULOS, F. (Org.). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015, 463 p. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/avaliacao-da-qualidade-do-gasto-publico-e-mensuracao-da-eficiencia/2015/30>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MOTTA, R. S. da.; MOREIRA, A. R. B. **Eficiência na gestão municipal no Brasil**. Texto para Discussão IPEA, n. 1301, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1443>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. **Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais**. REGE-Revista de Gestão, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616301229>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI. Disponível em:<
http://ijacimg.web21f14.uni5.net/cont_pag1.asp?pag=45>. Acesso em: 29 set. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em:
<<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard>>. Acesso em: 12 set. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<https://www.tce.sp.gov.br/6524-indice-aponta-efetividade-gestao-mais-4-mil-municipios-brasil>> Acesso em: 10 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos**: TCCs, monografias, dissertações e teses. 3. ed. Lavras, 2020. Disponível em:
<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/41282>. Acesso em: 5 mai. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Informações para análise da receita operacional de Cana Verde

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – 2018	2019	2020	
CANA VERDE			
<i>RECEITA OPERACIONAL/ CORRENTE</i>	15.869.255	18.526.542	20.624.548
<i>RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA</i>	374.181	271.873	229.744
Impostos	341.678	254.365	229.744
IPTU	79908,96	69961,53	26.198
IRRF	128.487,6	71.356	67.886
ITBI	32.262	32.931	29.955
ISS	101.019,38	80.115,73	105.704
Taxas	30.884,06	17.507,68	-
Contribuições de melhoria	1.619,77	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	381.138	273.337	100.712
Receita de contribuição	-	-	-
Receita patrimonial	19.067	22.921	17.051
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	--
Receita de serviços	-	-	-
Outras receitas correntes	362.071	250.416	83.661
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.113.934	17.981.331	20.294.090
Impostos indiretamente arrecadados	2.441.057	3.338.514	3.716.087
Cota-parte do ICMS	2.023.236	2.971.573	3.186.116
Cota-parte do IPVA	377.002	321.504	490.181
Cota-parte do ITR	8.549	9.324	9.675
Cota-parte do IPI municípios	32.270	36.113	30.115
Transferências obrigatórias	12.293.707	13.997.025	15.707.426
Transferências voluntárias/Convênios	379.170	645.792	870.577
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	2018	2019	2020
População	5.736	5.612	5.603
PIB	65.772.532	64.350.671	64.247.471

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE B - Informações para análise dos gastos do Município de Cana Verde no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	15.538.720	16.443.902	18.787.868
Gasto operacional	13.576.824	15.205.601	16.608.199
Investimentos	1.751.997	851.182	1.719.933
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	17.475	9.690	24.847
Amortização da dívida	209.898	387.118	459.736
Despesas com pessoal	8.829.835	8.952.481	9.238.706
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	4.746.698	6.253.120	7.369.492
Despesas com a função educação	3.920.830	4.235.594	3.810.862
Despesas com a função saúde	4.545.995	4.974.243	6.175.768
Benefícios previdenciários	163.223	171.187	153.624
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	15.869.255	18.526.542	20.624.548
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	5.736	5.612	5.603
PIB	65.772.532	64.350.671	64.247.471
Número de funcionários	274	217	

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE C – Indicadores dos gastos do Município de Cana Verde no período 2018-2020
(continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{15.538.720}{5.736} = 2.708,98$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{15.538.720}{65.772.532} = 0,236$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.576.824}{15.538.720} = 0,834$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{1.751.997}{15.538.720} = 0,113$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{227.373}{15.538.720} = 0,015$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{4.746.698}{8.829.835} = 0,537$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.466.825}{15.538.720} = 0,545$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{274}{5.736} = 48$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{163.223}{8.829.835} = 0,018$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.829.835}{15.538.720} = 0,568$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE C - Indicadores dos gastos do Município de Cana Verde no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{905.182}{15.538.720} = 0,058$	$\frac{2.343.966}{16.443.902} = 0,142$
Gasto Per Capita	$\frac{16.443.902}{5.612} = 2.930,13$	$\frac{18.787.868}{5.603} = 3.353,18$
Tamanho do setor público	$\frac{16.443.902}{64.350.671} = 0,255$	$\frac{18.787.868}{64.247.471} = 0,292$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{15.205.601}{16.443.902} = 0,925$	$\frac{16.608.199}{18.787.868} = 0,884$
Participação dos gastos de capital	$\frac{851.182}{16.443.902} = 0,052$	$\frac{1.719.933}{18.787.868} = 0,091$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{396.808}{16.443.902} = 0,024$	$\frac{484.583}{18.787.868} = 0,026$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{6.253.120}{8.952.481} = 0,698$	$\frac{7.369.492}{9.238.706} = 0,798$
Prioridade dos gastos	$\frac{9.209.837}{16.443.902} = 0,560$	$\frac{9.986.630}{18.787.868} = 0,531$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{217}{5.612} = 39$	$\frac{5.603}{5.603} =$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{171.187}{8.952.481} = 0,019$	$\frac{153.624}{9.238.706} = 0,017$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.952.481}{16.443.902} = 0,544$	$\frac{9.238.706}{18.787.868} = 0,531$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE D - Informações para análise da receita operacional de Carrancas

INFORMAÇÕES	FINANCEIRAS	-	2018	2019	2020
CARRANCAS					
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL			17.337.557	20.698.325	21.631.534
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA			1.151.989	1.726.429	1.064.741
Impostos			1.072.781	1.645.813	958.550
IPTU			21.453	116.560	144.934
IRRF			173.866	173.588	212.121
ITBI			112.718	--	384.142
ISS			723.342	464.976	217.352
Taxas			79.207	80.616	106.190
Contribuições de melhoria			--		
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA			725.079	578.309	573.156
Receita de contribuição/Iluminação Pública			216.312	242.791	253.514
Receita patrimonial			301.919	210.994	111.956
Receita agropecuária					
Receita industrial			30.595	22.324	38.454
Receita de serviços			135.212	50.905	57.121
Outras receitas correntes			41.041	51.295	112.111
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			15.460.487	18.393.583	19.993.634
Impostos indiretamente arrecadados			3.283.347	3.865.184	4.348.536
Cota-parte do ICMS			2.876.056	3.472.266	3.814.458
Cota-parte do IPVA			320.758	305.276	440.190
Cota-parte do ITR			40.312	45.469	54.188
Cota-parte do IPI municípios			46.221	42.173	39.700
Transferências obrigatórias					
Transferências voluntárias/Convênios			220.215	220.215	248.340
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS		E	2018	2019	2020
DEMOGRÁFICAS					
População			4.103	4.044	4.047
PIB			84.606.075	83.389.463	83.451.325

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE E - Informações para análise dos gastos do Município de Carrancas

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	16.318.210	17.830.835	18.128.301
Gasto operacional	14.107.429	15.349.801	15.245.443
Investimentos	2.210.780	2.480.172	2.882.679
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	-	-	-
Amortização da dívida	-	861	179
Despesas com pessoal	7.631.373	8.099.831	9.110.749
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	6.476.057	7.249.970	6.134.693
Despesas com a função educação	3.235.523	3.740.927	3178049,46
Despesas com a função saúde	4.916.263	5.301.573	6074926,97
Benefícios previdenciários	90.966	93.695	96.807
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	17.337.557	20.698.325	21.631.534
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	4.103	4.044	4.047
PIB	84.606.075	83.389.463	83.451.325
Número de funcionários	230	232	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE F - Indicadores dos gastos do Município de Carrancas no período 2018-2020
(continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{16.318.210}{4.103} = 3.977,14$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{16.318.210}{84.606.075} = 0,193$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.107.429}{16.318.210} = 0,864$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{2.210.780}{16.318.210} = 0,135$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	-
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{6.476.057}{7.631.373} = 0,849$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.151.786}{16.318.210} = 0,499$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{230}{4.103} = 56$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{90.966}{7.631.373} = 0,012$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{7.631.373}{16.318.210} = 0,468$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE F - Indicadores dos gastos do Município de Carrancas no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{1.512.625}{16.318.210} = 0,093$	$\frac{297.466}{17.830.835} = 0,017$
Gasto Per Capita	$\frac{17.830.835}{4.044} = 4.409,21$	$\frac{18.128.301}{4.047} = 4.479,44$
Tamanho do setor público	$\frac{17.830.835}{83.389.463} = 0,214$	$\frac{18.128.301}{83.451.325} = 0,217$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{15.349.801}{17.830.835} = 0,861$	$\frac{15.245.443}{18.128.301} = 0,841$
Participação dos gastos de capital	$\frac{2.480.172}{17.830.835} = 0,139$	$\frac{2.882.679}{18.128.301} = 0,159$
Representatividade do serviço da dívida	0,00	0,00
Flexibilidade dos gastos	$\frac{7.249.970}{8.099.831} = 0,895$	$\frac{6.134.693}{9.110.749} = 0,673$
Prioridade dos gastos	$\frac{9.042.500}{17.830.835} = 0,507$	$\frac{9.252.976}{18.128.301} = 0,510$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{232}{4.044} = 57$	$\frac{231}{4.047} =$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{93.695}{8.099.831} = 0,011$	$\frac{96.807}{9.110.749} = 0,011$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.099.831}{17.830.835} = 0,454$	$\frac{9.110.749}{18.128.301} = 0,502$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE G - Informações para análise da receita operacional de Itumirim

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – ITUMIRIM	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL	14.867.059	17.265.679	19.216.942
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	315.283	430.422	462.969
Impostos	297.969	413.265	451.653
IPTU	55.861	36.299	66.043
IRRF	150.839	183.544	249.629
ITBI	44.711	53.778	71.593
ISS	46.557	139.642	64.386
Taxas	17.313	17.157	11.316
Contribuições de melhoria			
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	381.823	437.507	497.788
Receita de contribuição/Iluminação Pública	272.351	333.660	390.043
Receita patrimonial	14.722	6.731	3.806
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	-	-	-
Outras receitas correntes	94.750	97.116	103.939
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.169.951	16.397.748	18.256.183
Impostos indiretamente arrecadados	2.502.151	2.982.183	3.322.540
Cota-parte do ICMS	2.071.230	2.587.705	2.804.210
Cota-parte do IPVA	390.349	355.690	481.085
Cota-parte do ITR	7.041	7.714	8.091
Cota-parte do IPI municípios	33.531	31.442	29.154
Transferências obrigatórias voluntárias/Convênios	1.076.680	419.003	1.159.774
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	2018	2019	2020
População	6.225	6.048	6.023
PIB	61.372.897	59.627.836	59.381.359

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE H - Informações para análise dos gastos do Município de Itumirim no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	15.244.459	14.405.470	14.791.601
Gasto operacional	13.020.829	13.253.225	13.474.808
Investimentos	1.511.870	468.639	962.741
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	94.137	203.193	57.699
Amortização da dívida	711.759	683.605	354.051
Despesas com pessoal	8.420.444	8.504.361	10.123.500
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	4.600.385	4.748.863	3.351.308
Despesas com a função educação	3.005.243	3282755,39	2.846.700
Despesas com a função saúde	5.268.513	5076365,56	6.084.389
Benefícios previdenciários	23.563	24.650	25.800
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	14.867.059	17.265.679	19.216.942
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	6.225	6.048	6.023
PIB	61.372.897	59.627.836	59.381.359
Número de funcionários	282	282	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE I - Indicadores dos gastos do Município de Itumirim no período 2018-2020
(continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{15.244.459}{6.225} = 2.488,81$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{15.244.459}{61.372.897} = 0,248$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.020.829}{15.244.459} = 0,854$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{1.511.870}{15.244.459} = 0,099$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{805.896}{15.244.459} = 0,053$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{4.600.385}{8.420.444} = 0,546$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.273.756}{15.244.459} = 0,543$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{282}{6.225} = 45$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{23.563}{8.420.444} = 0,003$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.420.444}{15.244.459} = 0,552$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE I - Indicadores dos gastos do Município de Itumirim no período 2018-2020
(conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{-838.987}{15.244.459} = -0,055$	$\frac{386.181}{14.405.470} = 0,027$
Gasto Per Capita	$\frac{14.405.470}{6.048} = 2.381,85$	$\frac{14.791.601}{6.023} = 2.455,85$
Tamanho do setor público	$\frac{14.405.470}{59.627.836} = 0,241$	$\frac{14.791.601}{59.381.359} = 0,249$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{13.253.225}{14.405.470} = 0,920$	$\frac{13.474.808}{14.791.601} = 0,911$
Participação dos gastos de capital	$\frac{468.639}{14.405.470} = 0,032$	$\frac{962.741}{14.791.601} = 0,065$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{886.798}{14.405.470} = 0,061$	$\frac{411.750}{14.791.601} = 0,028$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{4.748.863}{8.504.361} = 0,558$	$\frac{3.351.308}{10.123.500} = 0,331$
Prioridade dos gastos	$\frac{8.359.120}{14.405.470} = 0,580$	$\frac{8.931.089}{14.791.601} = 0,604$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{282}{6.048} = 47$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{24.650}{8.504.361} = 0,003$	$\frac{25.800}{10.123.500} = 0,002$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.504.361}{14.405.470} = 0,590$	$\frac{10.123.500}{14.791.601} = 0,684$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE J - Informações para análise da receita operacional de Itutinga

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS –	2018	2019	2020
ITUTINGA			
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL	17.387.733	20.755.192	21.459.567
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	1.097.259	1.078.432	962.100
Impostos	1.060.311	1.029.673	915.706
IPTU	107.509	186.328	134.528
IRRF	167.339	166.067	158.864
ITBI	123.804	63.152	115.877
ISS	661.657	614.124	506.435
Taxas	36.947	48.759	46.394
Contribuições de melhoria	-	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	215.498	240.751	308.727
Receita de contribuição/Iluminação Pública	121.352	138.747	146.107
Receita patrimonial	80.817	70.259	19.115
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	-	-	-
Outras receitas correntes	13.329	31.745	143.505
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.074.975	19.436.008	20.188.738
Impostos indiretamente arrecadados	4.582.759	5.707.021	5.356.482
Cota-parte do ICMS	4.187.685	5.340.932	4.854.685
Cota-parte do IPVA	320.527	298.886	428.059
Cota-parte do ITR	16.252	16.030	22.948
Cota-parte do IPI municípios	58.329	51.173	50.790
Transferências obrigatórias			
Transferências voluntárias/Convênios/emendas	225.000	147.510	98.340
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	2018	2019	2020
População	3.926	3.809	3.788
PIB	119.606.885	116.042.442	115.402.670

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE K - Informações para análise dos gastos do Município de Itutinga no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	16.417.221	17.719.857	18.721.798
Gasto operacional	14.373.628	16.199.189	16.173.458
Investimentos	1.868.650	1.307.831	2.246.229
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	31.098	22.473	18.463
Amortização da dívida	174.942	212.835	302.111
Despesas com pessoal	8.063.465	8.577.751	9.273.146
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	6.310.163	7.621.437	6.900.311
Despesas com a função educação	3.657.328	3.720.611	3312895,66
Despesas com a função saúde	5.018.980	4.922.172	5606872,38
Benefícios previdenciários	26.000	26.000	27.158
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	17.387.733	20.755.192	21.459.567
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	3.926	3.809	3.788
PIB	119.606.885	116.042.442	115.402.670
Número de funcionários	304	299	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE L - Indicadores dos gastos do Município de Itutinga no período 2018-2020
(continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{16.417.221}{3.926} = 4.181,66$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{16.417.221}{119.606.885} = 0,137$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{14.373.628}{16.417.221} = 0,875$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{1.868.650}{16.417.221} = 0,114$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{206.040}{16.417.221} = 0,012$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{6.310.163}{8.063.465} = 0,782$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.676.308}{16.417.221} = 0,528$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{304}{3.926} = 77$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{26.000}{8.063.465} = 0,003$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.063.465}{16.417.221} = 0,491$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE L - Indicadores dos gastos do Município de Itutinga no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{1.302.636}{16.417.221} = 0,079$	$\frac{1.001.941}{17.719.857} = 0,056$
Gasto Per Capita	$\frac{3.809}{17.719.857} = 4.652,10$	$\frac{3.788}{18.721.798} = 4.942,39$
Tamanho do setor público	$\frac{116.042.442}{116.199.189} = 0,153$	$\frac{115.402.670}{16.173.458} = 0,162$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{17.719.857}{17.719.857} = 0,914$	$\frac{18.721.798}{18.721.798} = 0,864$
Participação dos gastos de capital	$\frac{1.307.831}{17.719.857} = 0,074$	$\frac{2.246.229}{18.721.798} = 0,120$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{235.308}{17.719.857} = 0,013$	$\frac{320.574}{18.721.798} = 0,017$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{8.577.751}{8.642.783} = 0,888$	$\frac{9.273.146}{8.919.768} = 0,744$
Prioridade dos gastos	$\frac{17.719.857}{17.719.857} = 0,488$	$\frac{18.721.798}{18.721.798} = 0,476$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{299}{3.809} = 78$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{26.000}{8.577.751} = 0,003$	$\frac{27.158}{9.273.146} = 0,003$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.577.751}{17.719.857} = 0,484$	$\frac{9.273.146}{18.721.798} = 0,495$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE M - Informações para análise da receita operacional de Luminárias

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – 2018	2019	2020	
LUMINÁRIAS			
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL	16.406.508	18.869.801	21.237.567
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	652.825	808.050	886.178
Impostos	518.422	660.963	742.227
IPTU	237.161	289.053	211.473
IRRF	121.483	116.630	126.535
ITBI	78.671	36.293	148.842
ISS	81.105	218.986	255.375
Taxas	130.945	145.775	142.919
Contribuições de melhoria	3.457	1.311	1.032
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	372.515	401.612	393.766
Receita de contribuição/Iluminação Pública	294.931	321.621	314.074
Receita patrimonial	67.949	72.641	72.525
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	3.002	2.704	937
Outras receitas correntes	6.633	4.646	6.230
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.381.166	17.660.138	19.957.620
Impostos indiretamente arrecadados	3.692.686	4.081.244	4.754.064
Cota-parte do ICMS	3.172.091	3.595.262	4.164.287
Cota-parte do IPVA	400.842	405.200	509.325
Cota-parte do ITR	69.041	36.997	36.541
Cota-parte do IPI municípios	50.712	43.785	43.911
Transferências obrigatórias			
Transferências voluntárias/Convênios/emendas	150.000	515.769	113.872
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	2018	2019	2020
População	5.571	5.454	5.446
PIB	92.535.647	90.592.248	90.459.367

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE N - Informações para análise dos gastos do Município de Luminárias período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	14.699.916	15.995.295	20.357.187
Gasto operacional	13.794.418	14.000.819	14.581.692
Investimentos	735.380	1.806.973	5.611.402
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	119.356	81.277	53.567
Amortização da dívida	170.117	187.502	164.091
Despesas com pessoal	8.789.307	8.831.232	8.985.693
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	5.005.111	5.169.587	5.595.999
Despesas com a função educação	4.208.600	5.172.093	4506405,12
Despesas com a função saúde	4.291.082	3.678.381	4912726,33
Benefícios previdenciários	312.198	329.476	337.801
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	16.406.508	18.869.801	21.237.567
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	5.571	5.454	5.446
PIB	92.535.647	90.592.248	90.459.367
Número de funcionários	328	309	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE O - Indicadores dos gastos do Município de Luminárias no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{14.699.916}{5.571} = 2.638,65$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{14.699.916}{92.535.647} = 0,159$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.794.418}{14.699.916} = 0,938$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{735.380}{14.699.916} = 0,050$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{289.473}{14.699.916} = 0,020$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{5.005.111}{8.789.307} = 0,569$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.499.682}{14.699.916} = 0,578$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{328}{5.571} = 59$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{312.196}{8.789.307} = 0,035$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.789.307}{14.699.916} = 0,598$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE O - Indicadores dos gastos do Município de Luminárias no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{1.295.379}{15.995.295} = 0,081$	$\frac{4.361.892}{15.995.295} = 0,273$
Gasto Per Capita	$\frac{5.454}{15.995.295} = 2.932,76$	$\frac{5.446}{20.357.187} = 3.738,00$
Tamanho do setor público	$\frac{90.592.248}{14.000.819} = 0,176$	$\frac{90.459.367}{14.581.692} = 0,225$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{15.995.295}{15.995.295} = 0,875$	$\frac{20.357.187}{20.357.187} = 0,716$
Participação dos gastos de capital	$\frac{1.806.973}{15.995.295} = 0,113$	$\frac{5.611.402}{20.357.187} = 0,276$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{268.779}{15.995.295} = 0,017$	$\frac{217.658}{20.357.187} = 0,011$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{5.169.587}{8.831.232} = 0,585$	$\frac{5.559.999}{8.985.693} = 0,623$
Prioridade dos gastos	$\frac{8.850.474}{15.995.295} = 0,553$	$\frac{9.419.131}{20.357.187} = 0,463$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{309}{5.454} = 57$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{329.476}{8.831.232} = 0,037$	$\frac{337.801}{8.985.693} = 0,037$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.831.232}{15.995.295} = 0,552$	$\frac{8.985.693}{20.357.187} = 0,441$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE P – Informações para análise da receita operacional de Ribeirão Vermelho

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	– 2018	2019	2020
RIBEIRÃO VERMELHO			
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL	14.920.213	17.556.145	18.903.004
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	701.817	667.919	787.183
Impostos	629.305	599.558	729.134
IPTU	137.992	146.658	160.271
IRRF	161.630	166.104	197.965
ITBI	96.421	45.346	77.695
ISS	233.261	241.448	293.200
Taxas	72.512	68.360	58.049
Contribuições de melhoria	-	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	557.928	493.912	474.665
Receita de contribuição/Iluminação Pública	290.718	320.693	336.246
Receita patrimonial	187.125	27.553	10.354
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	71.701	78.333	103.580
Outras receitas correntes	8.384	67.333	24.485
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.660.465	16.394.313	17.641.154
Impostos indiretamente arrecadados	2.405.194	3.228.775	3.177.769
Cota-parte do ICMS	2.037.785	2.926.399	2.767.990
Cota-parte do IPVA	332.577	268.625	375.021
Cota-parte do ITR	2.119	3.218	3.296
Cota-parte do IPI municípios	32.713	30.533	31.462
Transferências obrigatórias			
Transferências voluntárias/Convênios	-	-	-
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	E 2018	2019	2020
DEMOGRÁFICAS			
População	4.042	4.019	4.033
PIB	86.593.989	86.101.247	86.401.177

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE Q - Informações para análise dos gastos do Município de Ribeirão Vermelho no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	14.297.322	14.209.760	17.002.309
Gasto operacional	13.423.090	13.859.240	15.332.142
Investimentos	821.592	293.429	1.611.107
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	-	-	-
Amortização da dívida	52.639	57.089	59.059
Despesas com pessoal	7.526.188	7.916.834	8.005.686
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	5.896.901	5.942.406	7.326.455
Despesas com a função educação	2.785.166	2.744.960	2842651,07
Despesas com a função saúde	5.303.379	5.234.203	6157496,56
Benefícios previdenciários	115.561	109.739	101.362
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	14.920.213	17.556.145	18.903.004
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	4.042	4.019	4.033
PIB	86.593.989	86.101.247	86.401.177
Número de funcionários	231	234	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE R - Indicadores dos gastos do Município de Ribeirão Vermelho no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{14.297.322}{4.042} = 3.537,19$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{14.297.322}{86.593.989} = 0,165$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.423.090}{14.297.322} = 0,939$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{821.592}{14.297.322} = 0,057$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.423.090}{14.297.322} = 0,004$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{5.896.901}{7.526.188} = 0,783$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{8.088.545}{14.297.322} = 0,566$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{231}{4.042} = 57$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{115.561}{7.526.188} = 0,015$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{7.526.188}{14.297.322} = 0,526$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE R - Indicadores dos gastos do Município de Ribeirão Vermelho no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{-87.562}{14.297.322} = -0,006$	$\frac{2.792.549}{14.209.760} = 0,196$
Gasto Per Capita	$\frac{14.209.760}{14.209.760} = 3.535,64$	$\frac{17.002.309}{17.002.309} = 4.215,79$
Tamanho do setor público	$\frac{4.019}{14.209.760} = 0,165$	$\frac{4.033}{17.002.309} = 0,197$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{86.101.247}{13.859.240} = 0,975$	$\frac{86.401.177}{15.332.142} = 0,902$
Participação dos gastos de capital	$\frac{14.209.760}{293.429} = 0,021$	$\frac{17.002.309}{1.611.107} = 0,095$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{57.089}{14.209.760} = 0,004$	$\frac{59.059}{17.002.309} = 0,003$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{5.942.406}{7.916.834} = 0,751$	$\frac{7.326.455}{8.005.686} = 0,915$
Prioridade dos gastos	$\frac{7.779.163}{14.209.760} = 0,561$	$\frac{9.000.147}{17.002.309} = 0,529$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{234}{4.019} = 58$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{109.739}{7.916.834} = 0,014$	$\frac{101.362}{8.005.686} = 0,013$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{7.916.834}{14.209.760} = 0,557$	$\frac{8.005.686}{17.002.309} = 0,471$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE S – Informações para análise da receita operacional de Santana do Jacaré

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	–	2018	2019	2020
SANTANA DO JACARÉ				
<i>RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL</i>		14.912.788	17.166.338	19.612.212
<i>RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA</i>		460.607	484.346	527.662
Impostos		420.004	401.293	440.629
IPTU		61.354	66.596	64.694
IRRF		143.651	145.281	174.449
ITBI		24.530	24.101	37.393
ISS		190.468	165.313	164.091
Taxas		40.603	83.052	87.032
Contribuições de melhoria		-	-	-
<i>RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA</i>		55.830	109.070	24.239
Receita de contribuição/Iluminação Pública		-	97	93
Receita patrimonial		41.631	29.154	11.590
Receita agropecuária		-	-	-
Receita industrial		-	-	-
Receita de serviços		-	23.450	-
Outras receitas correntes		14.199	56.369	12.556
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.396.349	16.572.920	19.060.309
Impostos indiretamente arrecadados		2.538.353	2.874.738	3.838.104
Cota-parte do ICMS		2.163.371	2.546.186	3.305.216
Cota-parte do IPVA		329.675	287.047	486.904
Cota-parte do ITR		10.743	10.584	9.028
Cota-parte do IPI municípios		34.564	30.921	36.956
<i>Transferências obrigatórias</i>				
<i>Transferências voluntárias/Convênios</i>		190.000	151.102	525.519
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	E	2018	2019	2020
DEMOGRÁFICAS				
População		4.845	4.807	4.821
PER CAPTA 2018	16.362,02	PIB	79.273.986	78.652.230
			78.881.298	

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE T - Informações para análise dos gastos do Município de Santana do Jacaré para período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	14.007.058	15.191.289	19.749.090
Gasto operacional	13.267.779	14.083.439	15.704.598
Investimentos	732.569	1.107.849	4.042.564
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	-	-	-
Amortização da dívida	6.708	-	1.927
Despesas com pessoal	7.231.735	7.571.905	8.654.492
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	6.036.044	6.511.534	7.050.106
Despesas com a função educação	3.076.014	3095981,5	3379682,91
Despesas com a função saúde	4.380.131	4983798,24	6007464,52
Benefícios previdenciários	126.804	135.744	141.846
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	14.912.788	17.166.338	19.612.212
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	4.845	4.807	4.821
PIB	79.273.986,00	78.652.230,00	78.881.298,00
Número de funcionários	246	218	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE U - Indicadores dos gastos do Município de Santana do Jacaré no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	$\frac{\text{Gasto atual} - \text{gasto anterior}}{\text{Gasto anterior}}$	-
Gasto Per Capita	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{População}}$	$\frac{14.007.058}{4.845} = 2.891,03$
Tamanho do setor público	$\frac{\text{Gasto total}}{\text{PIB}}$	$\frac{14.007.058}{79.273.986} = 0,177$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Gastos operacionais}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{13.267.779}{14.007.058} = 0,947$
Participação dos gastos de capital	$\frac{\text{Investimentos} + \text{inversões financeiras}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{732.565}{14.007.058} = 0,052$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\text{Juros} + \text{amortização}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{6.708}{14.007.058} = 0,000$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{\text{Despesas não relacionadas a gastos com pessoal}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{6.036.044}{7.231.735} = 0,835$
Prioridade dos gastos	$\frac{\text{Despesas com funções prioritárias}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{7.756.145}{14.007.058} = 0,532$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{\text{Número de servidores}}{\text{População}}$	$\frac{246}{4.845} = 51$
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{\text{Benefícios previdenciários}}{\text{Despesas com pessoal}}$	$\frac{126.804}{7.231.735} = 0,017$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{\text{Gastos com pessoal}}{\text{Gasto total}}$	$\frac{7.231.735}{14.007.058} = 0,516$
Participação dos gastos extraordinários	$\frac{\text{Gastos extraordinários}}{\text{Gasto total}}$	-

APÊNDICE U - Indicadores dos gastos do Município de Santana do Jacaré no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{1.184.231}{14.007.058} = 0,084$	$\frac{4.557.801}{15.191.289} = 0,300$
Gasto Per Capita	$\frac{4.807}{15.191.289} = 3.160,24$	$\frac{4.821}{19.749.090} = 4.096,47$
Tamanho do setor público	$\frac{78.652.230}{14.083.439} = 0,193$	$\frac{78.881.298}{15.704.598} = 0,250$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{15.191.289}{15.191.289} = 0,927$	$\frac{19.749.090}{19.749.090} = 0,795$
Participação dos gastos de capital	$\frac{1.107.849}{15.191.289} = 0,073$	$\frac{4.042.564}{19.749.090} = 0,205$
Representatividade do serviço da dívida	-	$\frac{1.927}{19.749.090} = 0,000$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{6.511.534}{7.571.905} = 0,860$	$\frac{7.050.106}{8.654.492} = 0,815$
Prioridade dos gastos	$\frac{8.079.779}{15.191.289} = 0,532$	$\frac{9.387.147}{19.749.090} = 0,475$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{218}{4.807} = 45$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{135.744}{7.571.905} = 0,018$	$\frac{141.846}{8.654.492} = 0,016$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{7.571.905}{15.191.289} = 0,498$	$\frac{8.654.492}{19.749.090} = 0,438$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE V - Informações para análise da receita operacional do Município de São Bento Abade no período 2018-2020

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – SÃO BENTO ABADE				2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL				16.640.657	18.837.156	20.964.775
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA				799.012	926.845	1.019.822
Impostos				762.525	884.215	985.393
IPTU				188.043	189.644	198.709
IRRF				315.925	353.501	414.436
ITBI				22.802	38.218	45.214
ISS				235.754	302.850	327.032
Taxas				36.487	42.630	34.429
Contribuições de melhoria				-	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA				645.541	370.556	344.297
Receita de contribuição/Iluminação Pública				272.332	299.539	308.823
Receita patrimonial				79.796	66.404	7.668
Receita agropecuária				-	-	-
Receita industrial				-	-	-
Receita de serviços				7.510	2.621	2.421
Outras receitas correntes				285.903	1.992	25.385
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				15.196.101	17.539.751	19.600.653
Impostos indiretamente arrecadados				2.940.604	3.331.216	3.566.240
Cota-parte do ICMS				2.571.619	2.983.418	3.128.832
Cota-parte do IPVA				297.215	278.899	371.962
Cota-parte do ITR				31.052	33.096	33.351
Cota-parte do IPI municípios				40.718	35.803	32.095
Transferências obrigatórias						
Transferências voluntárias/Convênios				1.042.105	472.375	150.500
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS				2018	2019	2020
População				5.103	5.220	5.286
PIB PER CAPTA 2018				11.662,10	59.511.696	60.876.162
					61.645.606	

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE W - Informações para análise dos gastos do Município de São Bento Abade no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	14.534.897	16.922.623	17.226.602
Gasto operacional	14.116.474	15.919.942	16.057.297
Investimentos	354.212	938.471	1.105.094
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	49.915	41.431	30.640
Amortização da dívida	64.210	64.209	64.210
Despesas com pessoal	8.215.290	9.011.455	9.125.931
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	5.901.184	6.908.486	6.931.365
Despesas com a função educação	3.839.302	4197373,48	4156606,59
Despesas com a função saúde	4.093.107	4817691,04	5419937,43
Benefícios previdenciários	89.227	99.657	96.998
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	16.640.657	18.837.156	20.964.775
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	5.103	5.220	5.286
PIB	59.511.696	60.876.162	61.645.606
Número de funcionários	177	173	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE X - Indicadores dos gastos do Município de São Bento Abade no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	Gasto atual – <u>gasto anterior</u> Gasto anterior	-
Gasto Per Capita	<u>Gasto total</u> População	$\frac{14.534.897}{5.103} = 2.848,30$
Tamanho do setor público	<u>Gasto total</u> PIB	$\frac{14.534.897}{59.511.696} = 0,244$
Participação dos gastos operacionais	<u>Gastos operacionais</u> Gasto total	$\frac{14.116.474}{14.534.897} = 0,971$
Participação dos gastos de capital	Investimentos <u>+ inversões financeiras</u> Gasto total	$\frac{354.212}{14.534.897} = 0,024$
Representatividade do serviço da dívida	<u>Juros + amortização</u> Gasto total	$\frac{114.125}{14.534.897} = 0,008$
Flexibilidade dos gastos	Despesas não relacionadas a <u>gastos com pessoal</u> Despesas com pessoal	$\frac{5.901.184}{8.215.290} = 0,718$
Prioridade dos gastos	Despesas com funções prioritárias <u>Gasto total</u>	$\frac{7.932.409}{14.534.897} = 0,546$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	<u>Número de servidores</u> População	$\frac{177}{5.103} = 35$
Participação dos benefícios previdenciários	Benefícios <u>previdenciários</u> Despesas com pessoal	$\frac{89.227}{8.215.290} = 0,011$
Participação de gastos com pessoal	<u>Gastos com pessoal</u> Gasto total	$\frac{8.215.290}{14.534.897} = 0,565$
Participação dos gastos extraordinários	<u>Gastos extraordinários</u> Gasto total	-

APÊNDICE X - Indicadores dos gastos do Município de São Bento Abade no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{2.387.726}{14.534.897} = 0,164$	$\frac{303.979}{16.922.602} = 0,018$
Gasto Per Capita	$\frac{16.922.623}{16.922.623} = 2.784,46$	$\frac{17.226.602}{17.226.602} = 3.258,91$
Tamanho do setor público	$\frac{5.220}{16.922.623} = 0,278$	$\frac{5.286}{17.226.602} = 0,279$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{60.876.162}{15.919.942} = 0,941$	$\frac{61.645.606}{16.057.297} = 0,932$
Participação dos gastos de capital	$\frac{16.922.623}{938.471} = 0,055$	$\frac{17.226.602}{1.105.094} = 0,064$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{16.922.623}{105.640} = 0,006$	$\frac{17.226.602}{94.850} = 0,005$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{6.908.486}{9.011.455} = 0,766$	$\frac{6.931.365}{9.125.931} = 0,759$
Prioridade dos gastos	$\frac{9.015.064}{16.922.623} = 0,533$	$\frac{9.576.544}{17.226.602} = 0,556$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{173}{5.220} = 33$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{99.657}{9.011.455} = 0,011$	$\frac{96.998}{9.125.931} = 0,011$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{9.011.455}{16.922.623} = 0,532$	$\frac{9.125.931}{17.226.602} = 0,530$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE Y – Informações para análise da receita operacional de São Vicente de Minas

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – SÃO VICENTE DE MINAS				2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL				20.810.752	24.455.976	27.567.156
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA				1.280.856	1.232.786	1.031.153
Impostos				1.187.644	1.138.799	1.001.263
IPTU				234.089	254.886	74.920
IRRF				170.961	208.529	256.926
ITBI				166.560	73.697	254.129
ISS				616.032	601.685	415.288
Taxas				93.212	93.987	29.889
Contribuições de melhoria				-	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA				414.951	495.389	346.856
Receita de contribuição/Iluminação Pública				220.478	240.124	226.708
Receita patrimonial				118.303	107.594	69.982
Receita agropecuária				--	-	-
Receita industrial				-	-	-
Receita de serviços				1.232	3.355	2.380
Outras receitas correntes				74.938	144.316	47.786
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				19.114.943	22.727.798	26.189.145
Impostos indiretamente arrecadados				5.032.374	5.588.785	6.449.061
Cota-parte do ICMS				4.373.424	5.015.939	5.591.849
Cota-parte do IPVA				553.398	477.835	761.241
Cota-parte do ITR				35.393	34.012	37.551
Cota-parte do IPI municípios				70.159	60.999	58.420
Transferências obrigatórias						
Transferências voluntárias/Convênios				783.383	341.452	45.000
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS				2018	2019	2020
População				7.614	7.687	7.753
PIB PER CAPTA 2018				20.991,43	159.828.748	161.361.122
					162.746.557	

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE Z - Informações para análise dos gastos do Município de São Vicente de Minas no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	19.493.538	20.351.973	21.004.757
Gasto operacional	17.554.033	18.867.037	18.124.373
Investimentos	1.939.505	1.341.457	2.723.862
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	-	6.3547	35.078
Amortização da dívida	-	143.478	156.521
Despesas com pessoal	9.725.787	10.094.950	10.895.759
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	7.828.245	8.772.087	7.228.613
Despesas com a função educação	4.559.592	4771343,73	4451195,42
Despesas com a função saúde	5.961.948	6207445,33	6794835,33
Benefícios previdenciários	129.003	133.601	139.851
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	20.810.752	24.455.976	27.567.156
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	7.614	7.687	7.753
PIB	159.828.748	161.361.122	162.746.557
Número de funcionários	306	299	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE ZA - Indicadores dos gastos do Município de São Vicente de Minas no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	Gasto atual - <u>gasto anterior</u> Gasto anterior	-
Gasto Per Capita	<u>Gasto total</u> População	$\frac{19.493.538}{7.614} = 2.560,22$
Tamanho do setor público	<u>Gasto total</u> PIB	$\frac{19.493.538}{159.828.748} = 0,122$
Participação dos gastos operacionais	<u>Gastos operacionais</u> Gasto total	$\frac{17.554.033}{19.493.538} = 0,900$
Participação dos gastos de capital	Investimentos <u>+ inversões financeiras</u> Gasto total	$\frac{1.939.505}{19.493.538} = 0,099$
Representatividade do serviço da dívida	<u>Juros + amortização</u> Gasto total	-
Flexibilidade dos gastos	Despesas não relacionadas a <u>gastos com pessoal</u> Despesas com pessoal	$\frac{7.828.245}{9.725.787} = 0,805$
Prioridade dos gastos	Despesas com funções prioritárias <u>Gasto total</u>	$\frac{10.521.540}{19.493.538} = 0,540$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	<u>Número de servidores</u> População	$\frac{306}{7.614} = 40$
Participação dos benefícios previdenciários	Benefícios <u>previdenciários</u> Despesas com pessoal	$\frac{129.003}{9.725.787} = 0,013$
Participação de gastos com pessoal	<u>Gastos com pessoal</u> Gasto total	$\frac{9.725.787}{19.493.538} = 0,499$
Participação dos gastos extraordinários	<u>Gastos extraordinários</u> Gasto total	-

APÊNDICE ZA - Indicadores dos gastos do Município de São Vicente de Minas no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{858.435}{19.493.538} = 0,044$	$\frac{652.784}{20.351.973} = 0,032$
Gasto Per Capita	$\frac{7.687}{20.351.973} = 2.647,58$	$\frac{7.753}{21.004.757} = 2.709,24$
Tamanho do setor público	$\frac{161.361.122}{18.867.037} = 0,126$	$\frac{162.746.557}{18.124.373} = 0,129$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{20.351.973}{20.351.973} = 0,927$	$\frac{21.004.757}{21.004.757} = 0,863$
Participação dos gastos de capital	$\frac{1.341.457}{20.351.973} = 0,066$	$\frac{2.723.862}{21.004.757} = 0,130$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{207.025}{20.351.973} = 0,010$	$\frac{191.599}{21.004.757} = 0,009$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{8.772.087}{10.094.950} = 0,869$	$\frac{7.228.613}{10.895.759} = 0,663$
Prioridade dos gastos	$\frac{10.978.789}{20.351.973} = 0,539$	$\frac{11.246.030}{21.004.757} = 0,535$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{299}{7.687} = 39$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{133.601}{10.094.950} = 0,013$	$\frac{139.851}{10.895.759} = 0,013$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{10.094.950}{20.351.973} = 0,496$	$\frac{10.895.759}{21.004.757} = 0,519$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE ZB – Informações para análise da receita operacional de São Tomé das Letras

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS – SÃO TOMÉ DAS LETRAS			
	2018	2019	2020
RECEITA CORRENTE/OPERACIONAL	16.587.386	19.798.861	22.120.555
RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	720.664	1.063.614	632.288
Impostos	506.603	844.129	557.801
IPTU	95.978	122.993	18.876
IRRF	117.049	128.699	133.089
ITBI	103.127	302.240	160.460
ISS	190.448	290.196	245.374
Taxas	214.060	219.484	74.486
Contribuições de melhoria	-	-	-
RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA	258.963	543.643	235.684
Receita de contribuição/Iluminação Pública	192.165	196.262	166.368
Receita patrimonial	26.491	190.015	32.576
Receita agropecuária	-	-	-
Receita industrial	-	-	-
Receita de serviços	25.874	21.560	30.184
Outras receitas correntes	14.433	135.806	6.556
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.607.757	18.191.602	21.252.581
Impostos indiretamente arrecadados	3.193.180	3.348.579	4.233.548
Cota-parte do ICMS	2.813.605	3.000.450	3.769.740
Cota-parte do IPVA	297.324	290.730	402.431
Cota-parte do ITR	37.223	20.836	21.701
Cota-parte do IPI municípios	45.028	36.563	39.676
Transferências obrigatórias			
Transferências voluntárias/Convênios	494.825	450.000	
INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	2018	2019	2020
População	7.072	7.056	7.089
PIB PER CAPTA 2018	12.957,10	91.632.611	91.425.297
		91.852.882	

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE ZC - Informações para análise dos gastos do Município de São Tomé das Letras no período 2018-2020

Informações financeiras	2018	2019	2020
Gasto total	14.586.591	15.013.447	18.371.064
Gasto operacional	13.643.166	14.431.676	17.097.473
Investimentos	630.365	368.276	1.174.718
Inversão financeira	-	-	-
Juros e encargos da dívida	17.008	42.718	25.490
Amortização da dívida	313.059	213.494	98.873
Despesas com pessoal	7.934.364	8.801.189	9.854.884
Despesas não relacionadas a gastos com pessoal	5.708.801	5.630.487	7.242.588
Despesas com a função educação	3.272.907	3.794.080,72	4.127.785,44
Despesas com a função saúde	4.100.328	4.535.332,54	6.485.562,44
Benefícios previdenciários	86.474	90.913	82.969
Gastos extraordinários	-	-	-
Receita corrente líquida	16.587.386	19.798.861	22.120.555
Informações econômicas, demográficas e operacionais	2018	2019	2020
População	7.072	7.056	7.089
PIB	91.632.611	91.425.297	91.852.882
Número de funcionários	313	290	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).

APÊNDICE ZD - Indicadores dos gastos do Município de São Tomé das Letras no período 2018-2020 (continua)

Informações financeiras	Fórmula	2018
Crescimento do gasto	Gasto atual - <u>gasto anterior</u> Gasto anterior	-
Gasto Per Capita	<u>Gasto total</u> População	$\frac{14.586.591}{7.072} = 2.062,58$
Tamanho do setor público	<u>Gasto total</u> PIB	$\frac{14.586.591}{91.632.611} = 0,159$
Participação dos gastos operacionais	<u>Gastos operacionais</u> Gasto total	$\frac{13.643.166}{14.586.591} = 0,935$
Participação dos gastos de capital	Investimentos <u>+ inversões financeiras</u> Gasto total	$\frac{630.365}{14.586.591} = 0,079$
Representatividade do serviço da dívida	<u>Juros + amortização</u> Gasto total	$\frac{330.067}{14.586.591} = 0,023$
Flexibilidade dos gastos	Despesas não relacionadas a <u>gastos com pessoal</u> Despesas com pessoal	$\frac{5.708.801}{7.934.364} = 0,719$
Prioridade dos gastos	Despesas com funções prioritárias <u>Gasto total</u>	$\frac{7.373.235}{14.586.591} = 0,505$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	<u>Número de servidores</u> População	$\frac{313}{7.072} = 44$
Participação dos benefícios previdenciários	Benefícios <u>previdenciários</u> Despesas com pessoal	$\frac{86.474}{7.934.364} = 0,011$
Participação de gastos com pessoal	<u>Gastos com pessoal</u> Gasto total	$\frac{7.934.364}{14.586.591} = 0,544$
Participação dos gastos extraordinários	<u>Gastos extraordinários</u> Gasto total	-

APÊNDICE ZD - Indicadores dos gastos do Município de São Tomé das Letras no período 2018-2020 (conclusão)

Informações financeiras	2019	2020
Crescimento do gasto	$\frac{426.856}{14.586.591} = 0,029$	$\frac{3.357.617}{15.013.447} = 0,224$
Gasto Per Capita	$\frac{7.056}{15.013.447} = 2.127,76$	$\frac{7.089}{18.371.064} = 2.591,48$
Tamanho do setor público	$\frac{91.425.297}{15.013.447} = 0,164$	$\frac{91.852.882}{18.371.064} = 0,200$
Participação dos gastos operacionais	$\frac{14.431.676}{15.013.447} = 0,961$	$\frac{17.097.473}{18.371.064} = 0,931$
Participação dos gastos de capital	$\frac{368.276}{15.013.447} = 0,024$	$\frac{1.174.718}{18.371.064} = 0,064$
Representatividade do serviço da dívida	$\frac{256.212}{15.013.447} = 0,017$	$\frac{124.363}{18.371.064} = 0,007$
Flexibilidade dos gastos	$\frac{5.630.487}{8.801.189} = 0,640$	$\frac{7.242.588}{9.854.884} = 0,735$
Prioridade dos gastos	$\frac{8.329.413}{15.013.447} = 0,555$	$\frac{17.097.473}{18.371.064} = 0,931$
Servidores per capita (por 1.000 hab.)	$\frac{290}{7.056} = 41$	-
Participação dos benefícios previdenciários	$\frac{90.913}{8.801.189} = 0,010$	$\frac{82.969}{9.854.884} = 0,008$
Participação de gastos com pessoal	$\frac{8.801.189}{15.013.447} = 0,586$	$\frac{9.854.884}{18.371.064} = 0,536$
Participação dos gastos extraordinários	-	-

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016), com dados obtidos do SICONFI/STN (2021).